ECONSTOR
Make Your Publications Visible.

A Service of
ZBW
Leibniz-Informationszentrum Wirtschaft
Leibniz Information Centre for Economics

Marcial, Elaine Coutinho; Santos, Jhonathan Divino Ferreira dos Santos; Monteiro, Jeanluiz Ferreira Porto; Gonzalez, Carolina; Vieira, Josina da Silva

Working Paper

Diagnóstico das bibliotecas especializadas da administração pública federal brasileira

Texto para Discussão, No. 2574

Provided in Cooperation with:
Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Marcial, Elaine Coutinho; Santos, Jhonathan Divino Ferreira dos Santos; Monteiro, Jeanluiz Ferreira Porto; Gonzalez, Carolina; Vieira, Josina da Silva (2020) : Diagnóstico das bibliotecas especializadas da administração pública federal brasileira, Texto para Discussão, No. 2574, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:
https://hdl.handle.net/10419/240769

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

WWW.ECONSTOR.EU

Mitglied der Leibniz-Gemeinschaft

TEXTO PARA DISCUSSÃO

2574

DIAGNÓSTICO DAS BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA

Elaine Coutinho Marcial
Jhonathan Divino Ferreira dos Santos
Jeanluiz Ferreira Porto Monteiro
Carolina Gonçalves Gonzalez
Josina da Silva Vieira

ipea

2574
TEXTO PARA DISCUSSÃO
Brasília, Julho de 2020

DIAGNÓSTICO DAS BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA

Elaine Coutinho Marcial[1]
Jhonathan Divino Ferreira dos Santos[2]
Jeanluiz Ferreira Porto Monteiro[3]
Carolina Gonçalves Gonzalez[4]
Josina da Silva Vieira[5]

1. Pesquisadora doutora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Biblioteca do Ipea.
2. Técnico de desenvolvimento e administração na Biblioteca do Ipea e coordenador do projeto Biblioteca do Século XXI.
3. Apoio técnico documental na Biblioteca do Ipea.
4. Pesquisadora do PNPD na Biblioteca do Ipea.
5. Pesquisadora do PNPD na Biblioteca do Ipea.

Governo Federal

Ministério da Economia
Ministro Paulo Guedes

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura
André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação
Mylena Fiori

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2020

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: M190.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 REVISÃO DA LITERATURA 8

3 METODOLOGIA 26

4 RESULTADOS E ANÁLISE 28

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES 42

REFERÊNCIAS 46

APÊNDICE A 51

APÊNDICE B 56

APÊNDICE C 60

ANEXO A 65

SINOPSE

As bibliotecas especializadas da administração pública federal prestam serviços de guarda e preservação da memória institucional, atendem às necessidades informacionais especializadas de suas mantenedoras – por meio do fornecimento de subsídios informacionais para o processo de tomada de decisão e de formulação de políticas públicas –, além de disseminarem o conhecimento gerado, tanto no âmbito do Estado quanto na sociedade. Levando-se em consideração o caráter estratégico que as atividades de produção, gestão, preservação e disseminação da informação possuem, bem como o seu impacto na eficiência e na transparência do Estado, torna-se necessário o conhecimento e o estudo dessas bibliotecas. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é identificar o perfil de tais bibliotecas, verificando o papel exercido por elas nas instituições mantenedoras em relação à gestão da informação e ao suporte a decisões estratégicas, apresentando as inovações promovidas e propondo soluções aos problemas identificados. Faz-se aqui uma investigação aprofundada sobre as bibliotecas da administração pública federal, buscando-se preencher lacunas quanto à compreensão do passado e do presente, o que julgamos essencial para se pensar o futuro dessas bibliotecas. Para tanto, foi realizado levantamento da evolução, das características e da gestão dessas bibliotecas frente aos avanços tecnológicos, considerando-se as reformas administrativas do Estado. O levantamento foi realizado com a aplicação de questionário a uma população-alvo formada por bibliotecas especializadas da administração pública federal localizadas em Brasília, elaborando-se um censo e analisando-se os dados com uso de estatística descritiva. Os resultados apontam que muitas das bibliotecas não ocupam espaço estratégico no Estado, mesmo no contexto da sociedade da informação e do conhecimento. Diante da necessidade de o Estado preservar a memória institucional e desfrutar de serviços informacionais adequados para subsidiar as decisões estratégicas, faz-se necessária a criação de uma política de informação que oriente todo o trabalho de gestão da informação no âmbito do Estado, inclusive o trabalho dessas bibliotecas.

Palavras-chave: bibliotecas especializadas; administração pública federal; diagnóstico.

ABSTRACT

The specialized libraries of the federal public administration provide services for the keeping and preservation of institutional memory, as well as meeting the specialized information needs of their maintainers, providing informational subsidies for the decision-making and public policy-making processes, as well as disseminating knowledge generated, both within the state and in society. Taking into account the strategic character that information production, management, preservation and dissemination activities have and their impact on state efficiency and transparency, it is necessary to know and to study these libraries. In this context, the objective of this research is to identify the profile of these libraries, verifying their role in their supporting institutions in relation to information management and strategic decision support, presenting the innovations promoted and proposing solutions to the identified problems. An in-depth investigation of the libraries of the federal public administration is carried out here, seeking to fill in gaps regarding the understanding of the past and the present, which we consider essential to think about the future of these libraries.To this end, it was conducted a study of the evolution of the characteristics and management of these libraries face the technological advances, considering the administrative reforms of the state. The study was conducted with the application of questionnaire to a target population of specialized libraries formed federal public administration packed in Brasilia, seeking the census and data analyzed by using descriptive statistics. The results indicate that many libraries do not occupy strategic space in the State, even in the context of the information and knowledge society. Given the State's need to preserve institutional memory and enjoy adequate information services to support strategic decisions, it is necessary to create an information policy that guides all information management work within the State, including the work of these libraries.

Keywords: specialized libraries; federal public administration; diagnostics.

1 INTRODUÇÃO

Há muito tempo, as bibliotecas da administração pública federal brasileira prestam serviços informacionais ao Estado, sendo que a biblioteca mais antiga – do Senado Federal – existe há dois séculos. As mudanças de paradigma proporcionadas pelo crescimento de uma sociedade baseada em informação e conhecimento aumentam a relevância de serviços informacionais eficientes, reforçando o potencial estratégico dessas bibliotecas.

Nos últimos anos, a Biblioteca do Ipea tem promovido discussões e reflexões a respeito da biblioteca e do bibliotecário do século XXI, com o intuito de colaborar com o reposicionamento estratégico das bibliotecas da administração pública federal nas suas instituições e com a gestão da informação[1] e do conhecimento mais eficiente no âmbito do Estado. Nesse sentido, faz-se aqui uma investigação aprofundada sobre as bibliotecas da administração pública federal, buscando-se preencher lacunas quanto à compreensão do passado e do presente, o que julgamos essencial para se pensar o futuro dessas bibliotecas.

A realização de diagnóstico e a avaliação da evolução das bibliotecas da administração pública federal tornam-se necessárias, pois algumas atividades específicas dessas bibliotecas influenciam a eficiência e a transparência das instituições que formam o Estado. Entre outras atividades, as bibliotecas são responsáveis por preservar a memória institucional do Estado brasileiro, prover informações para subsidiar o desempenho de atividades e apoiar o processo decisório e de formulação de políticas públicas, além de disseminarem o conhecimento produzido em suas instituições.

Entretanto, poucos estudos foram desenvolvidos para o conhecimento do perfil dessas bibliotecas e do tipo de serviço prestado, o que leva à necessidade não somente de se realizar um diagnóstico dessas bibliotecas, mas também de compreender se elas estão preparadas para atender às demandas de usuários no século XXI. Além disso, considerando-se que uma das principais funções da biblioteca da administração pública é a preservação

1. Gestão da informação – refere-se "ao conjunto de atividades relacionadas com o ciclo da informação em uma organização", o qual inclui a coleta, processamento, armazenamento, fluxo, recuperação da informação e o seu uso efetivo, geralmente com o apoio de sistemas automatizados" (Cunha e Cavalcante, 2008, p. 179). O principal objetivo da gestão da informação é identificar e potencializar recursos informacionais de uma organização ou empresa e sua capacidade de informação, ensinando-a a aprender e adaptar-se a mudanças ambientais (Tarapanoff, 2006, p. 22).

da memória institucional do Estado brasileiro, a realização de diagnóstico do perfil e das atividades realizadas, bem como a identificação de ameaças e riscos envolvidos, em especial pela fragilidade da informação digital – tipo de informação que mais prolifera no Estado brasileiro –, são cruciais para se evitarem perdas futuras dessa memória.

A pesquisa se justifica pela necessidade de conhecimento da situação atual das bibliotecas da administração pública federal brasileira no contexto da sociedade da informação, a fim de se identificarem gargalos que possam ser eliminados pela criação, por exemplo, de políticas públicas para a gestão da informação e preservação da memória bibliográfica e institucional do Estado.

A garantia de guarda e preservação para uso das gerações futuras é chave para o avanço das políticas públicas em prol do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Também representa economicidade, visto que possibilita comparações com eventos passados e evita retrabalho de estudos futuros a serem demandados para subsidiar a formulação e o aprimoramento de novas políticas públicas, influenciando a eficiência do Estado.

O objetivo geral da pesquisa é, portanto, identificar o perfil das bibliotecas especializadas da administração pública federal localizadas em Brasília. São objetivos específicos: *i*) verificar o papel exercido por essas bibliotecas no contexto da gestão da informação em suas mantenedoras, em especial na gestão da informação digital; *ii*) verificar a atuação no fornecimento de subsídios informacionais relacionados às questões estratégicas de suas mantenedoras; e *iii*) apresentar as inovações promovidas e propor soluções para os problemas identificados.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Criação e evolução das bibliotecas da administração pública federal

As bibliotecas especializadas da administração pública federal brasileira são muito antigas. Algumas chegam a ser centenárias, como as do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal (STF). A jornada dessas bibliotecas acompanha a da administração pública federal e a própria história das bibliotecas do país, tendo em vista que a primeira biblioteca pública brasileira foi fundada na Bahia em 1811 (Azevedo, 2012), enquanto a biblioteca mais antiga da administração pública federal foi criada em 1826, no Senado Federal. Além

dessa, outras duas bibliotecas se destacam como as mais antigas da administração pública federal: a Biblioteca da Câmara dos Deputados, inaugurada em 1866, e a Biblioteca da Presidência da República, inaugurada em 1951. A seguir encontram-se relatos da criação e da mudança dessas três bibliotecas para a nova capital.

De acordo com informações publicadas na página institucional da Câmara dos Deputados, a criação da biblioteca "ocorreu no ano de 1866, quando exercia a Presidência Camilo Maria Ferreira Armond, Barão de Prados" (Brasil, 2018a).

Na página institucional da biblioteca especializada do Senado Federal, lê-se:

> A Biblioteca do Senado Federal foi criada em 18 de maio de 1826. À época, o Senado Federal chamava-se "Câmara dos Senadores do Império do Brasil" e a biblioteca, "Livraria do Senado". A iniciativa de criar a Biblioteca partiu do Barão de Cairu, membro da Comissão de Legislação, que demonstrou ao primeiro Presidente do Senado Federal, Visconde de Santo Amaro, a necessidade de aquisição de publicações para auxiliar os senadores nos trabalhos legislativos. A Biblioteca foi instalada em uma das salas do pavimento superior do sobrado próximo ao antigo Palácio Conde dos Arcos, situado no Campo de Sant'Anna, no Rio de Janeiro. Mudou-se diversas vezes de local dentro do mesmo prédio (Brasil, 2018c).

Assim como a biblioteca da Câmara dos Deputados (Brasil, 2018b), a do Senado Federal foi transferida para a capital da República, em Brasília, em 1960 e, em 1961, para o Palácio do Congresso Nacional. Como observam Vieira, Vieira e Pinha (2010, p. 284):

> Em 14 de abril de 1960 o Senado Federal realizou a sua última sessão na cidade do Rio de Janeiro, onde, durante quase dois séculos, estivera sediada a capital federal. Em 21 de abril de 1960 a capital federal foi transferida para Brasília. O ato solene de instalação do Congresso foi presidido pelo vice-Presidente João Goulart.

Devido ao atraso nas obras do prédio do Congresso Nacional, "apenas em fins de agosto de 1960 a Biblioteca teve seu acervo instalado no Palácio do Congresso Nacional, já em condições de funcionar" (Vieira, Vieira e Pinha, 2010, p. 285).

Por sua vez, a biblioteca especializada da Presidência da República foi inaugurada em 18 de outubro de 1951, na cidade do Rio de Janeiro, com acervo herdado da Biblioteca do Palácio do Catete (Baptista, Costa e Viana Neta, 2009). Em 1961, a Biblioteca da

Presidência da República foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília, e instalada no Palácio do Planalto. Seu acervo permaneceu sendo atualizado nas áreas inicialmente estabelecidas, como legislação, direito administrativo e constitucional, ciência política, economia e administração. Em 1979, a biblioteca foi transferida para o anexo I do Palácio do Planalto, momento em que:

> o Serviço de Documentação, ao qual a Biblioteca estava subordinada, passou a fazer parte da estrutura e competência do Gabinete Civil, o que levou a Biblioteca a incorporar parte do acervo bibliográfico da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional (Brasil, 2018d).

Embora as bibliotecas da administração pública federal tenham funções importantes para o provimento de informações que dão suporte ao processo decisório, para a gestão da informação e do conhecimento, bem como para a preservação do patrimônio bibliográfico e institucional do Estado, não existe nenhum instrumento legal que determine a sua existência. Assim, além das questões relacionadas à descontinuidade administrativa decorrente das mudanças de gestão, a existência e o investimento nessas bibliotecas ainda estão condicionados à compreensão dos gestores quanto à sua importância. Murray (2013a) afirma que, pela ausência de previsões legais para manutenção de bibliotecas especializadas em empresas e instituições públicas, elas precisam demonstrar seu valor para a alta gerência, inclusive em termos financeiros.

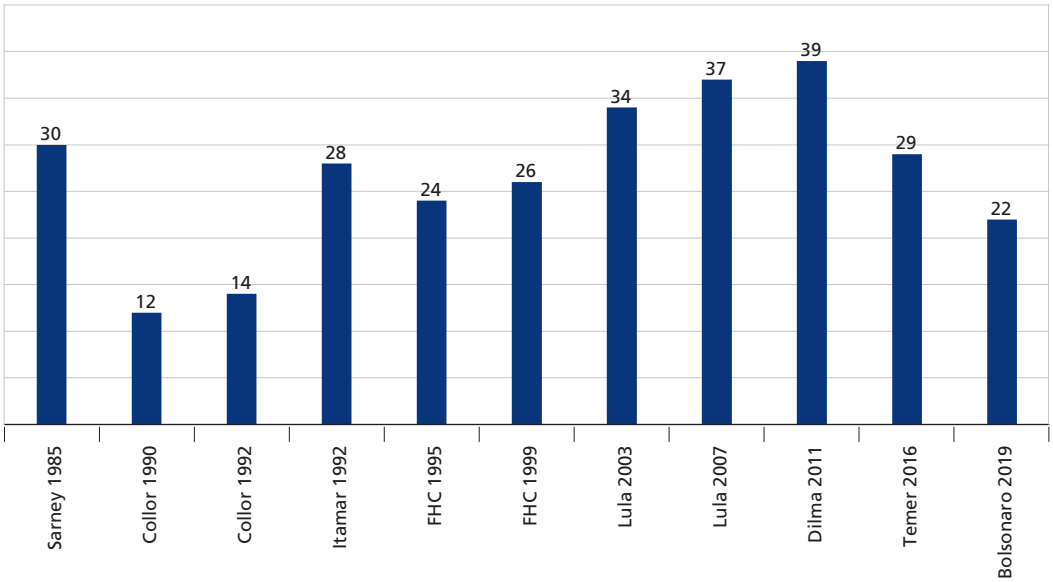
Desse modo, para compreender a situação atual das bibliotecas da administração pública federal, é necessário compreender também as principais mudanças administrativas que impactaram a estrutura do Estado nas últimas décadas, sobretudo no Poder Executivo.

Ao se analisarem as pastas ministeriais existentes no período entre os governos do ex-presidente José Sarney (1985-1990) e do presidente Jair Bolsonaro (2018-2021), é possível observar que o governo brasileiro já possuiu 81 ministérios no período de 1985 a 2019. A partir de 2019, o Estado brasileiro passou a contar com 22 ministérios, sendo que seis não eram ministérios finalísticos, mas órgãos cujos representantes possuíam *status* de ministro, a saber: Casa Civil, Secretaria de Governo, Secretaria-Geral, Gabinete de Segurança Institucional, Advocacia-Geral da União (AGU) e Banco Central do Brasil (BCB).

Embora seja uma prática comum, e até mesmo esperada, nos períodos de mudança de gestão, a constante criação e extinção de ministérios e órgãos na administração pública

gera impactos negativos, como a descontinuidade administrativa. Pode-se observar, no gráfico 1, que o número de ministérios, o qual era de doze em 1990, chegou a 39 no período de 2011-2014, e, em 2019, a 22. Durante esse processo, algumas bibliotecas foram extintas e muitas nem mesmo chegaram a ser criadas.

GRÁFICO 1
Evolução do número de ministérios por mandato presidencial no Brasil



Fonte: com base em Conconi (2019).
Elaboração dos autores.

Segundo Abrucio e Gaetani (2006), foram identificadas quatro grandes reformas na arquitetura do Estado brasileiro que alteraram sua estrutura e formato, como já destacado. A primeira adveio da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que promoveu: *i*) a descentralização administrativa, transferindo atribuições da administração pública federal para os estados e municípios; *ii*) a gestão participativa, por meio da criação de conselhos de políticas públicas; e *iii*) a delegação de mecanismos de controle externo para o Ministério Público.

A segunda grande reforma citada por Abrucio e Gaetani (2006) ocorreu durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), que promoveu o Programa Nacional de Desburocratização e o início do processo de privatização no país, resultando na redução do tamanho do Estado, conforme pode ser verificado no gráfico 1. A terceira aconteceu no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), momento

em que foi executado o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (Pdrae), que resultou em investimentos na profissionalização do Estado, na retomada do programa de privatização, na criação das primeiras agências reguladoras e no reforço do protagonismo do setor privado nos investimentos nacionais.

Ainda de acordo com Abrucio e Gaetani (2006), a nova grande reforma inicia-se no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), momento em que ocorre o empoderamento dos órgãos de controle, fortalecimento das carreiras de Estado e expansão e fortalecimento dos conselhos de políticas públicas.

O Estado brasileiro chegou a ter 39 ministérios durante o governo de Dilma Rousseff. Por fim, o presidente Jair Bolsonaro inicia seu mandato com mais uma grande reforma na estrutura do Estado, reduzindo o número de ministérios para 22 e criando dois superministérios: o da Economia e o da Justiça. Destaca-se que, entre esses 22 ministérios, somente dezesseis são finalísticos.

Durante as reformas ministeriais ocorridas desde o mandato de José Sarney, as funções e atividades desempenhadas pelo Estado sofreram diversas alterações; algumas foram extintas, outras criadas ou redistribuídas. Côrte (2010, p. 51) sugere que, no caso de extinção de órgãos, o acervo das bibliotecas depositárias da administração pública federal deve ser transferido para o órgão que assumir as atribuições do que foi extinto. Porém, muitas vezes não existem registros formais quanto ao destino das bibliotecas dos órgãos extintos ou aglutinados.

Para a execução desta pesquisa, a fim de compor a análise da existência e evolução das bibliotecas da administração pública entre os governos Sarney e Bolsonaro, criou-se uma tabela-síntese da evolução dos ministérios, relacionando a existência ou não de bibliotecas associadas. A existência e o destino das bibliotecas analisadas nessa tabela foram verificados por meio de consulta aos portais, às próprias instituições (nos casos em que a instituição não foi extinta), e por meio de entrevista com um grupo focal formado por bibliotecárias aposentadas, que relataram acontecimentos que não haviam sido registrados em fontes oficiais. A tabela-síntese pode ser consultada no apêndice A.

Analisando-se o levantamento apresentado na tabela-síntese, é possível observar que doze ministérios mantiveram suas bibliotecas ao longo do tempo. Trata-se de ministérios com existência mais longa, mesmo que tenham eventualmente mudado de nome e/ou incorporado novas funções.

Destaca-se, nesse contexto, o Ministério da Justiça, que sempre esteve presente e manteve a sua biblioteca, apesar de ter sido desmembrado durante o governo de Michel Temer em Ministério da Justiça e Ministério Extraordinário da Segurança Pública (que nunca teve biblioteca), retornando à estrutura anterior no governo Bolsonaro.

Outro exemplo de ministério perene desde Sarney foi o da Agricultura, que sofreu alterações ao longo do tempo, mas sempre manteve sua biblioteca. No governo Collor, recebeu as atribuições dos Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e do Ministério de Estado Extraordinário para Assuntos de Irrigação. Durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, no Ministério da Agricultura foi incluída a pasta da Pesca, criada no segundo mandato de Lula.

O Ministério da Defesa é outro exemplo de ministério perene, apesar de somente ter sido criado no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Isso porque suas atividades eram desempenhadas pelos antigos ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, bem como do antigo Estado-Maior das Forças Armadas, os quais mantêm suas bibliotecas até os dias de hoje.

Entre os ministérios mais perenes existentes, mesmo antes do governo Sarney, o Ministério da Educação e o da Fazenda, incorporados no governo Bolsonaro ao Ministério da Economia, são os únicos que já possuíram biblioteca e hoje não mais possuem. Eles entram na lista dos ministérios que repassaram seus acervos para outros órgãos e extinguiram as bibliotecas existentes em suas dependências físicas.

Observa-se que, desde o governo de José Sarney até hoje, foram extintas treze bibliotecas que funcionavam em ministérios, ou porque o ministério foi extinto ou seu acervo foi remanejado para outro órgão. Como exemplo, cita-se a biblioteca da AGU, que foi descontinuada e seu acervo absorvido pela biblioteca da Escola da AGU, em 10 de setembro de 2007, por determinação do ministro José Antonio Dias Toffoli (Brasil, 2007).

Cabe destacar também o caso do Ministério do Planejamento, cuja existência precede o governo de José Sarney, apesar de ter mudado de nome e absorvido novas funções ao longo do tempo. Já possuiu três bibliotecas, mas, a partir de 2018, conta somente com uma. Além disso, entrou no grupo dos ministérios que foram incorporados a outros na última reforma ministerial promovida por Jair Bolsonaro. Há sete ministérios que possuem bibliotecas e se encontram nessa situação, não se sabendo qual será seu destino (quadro 1).

QUADRO 1
Ministérios com bibliotecas incorporados aos novos ministérios criados – reforma ministerial (2019)

Novos ministérios	Ministérios incorporados com biblioteca
Ministério da Economia	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
	Ministério do Trabalho
Ministério da Cidadania	Ministério da Cultura
	Ministério dos Esportes
Ministério do Desenvolvimento Regional	Ministério da Integração Nacional
	Ministério das Cidades

Fonte: Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 (Brasil, 2019).

Vinte e sete ministérios foram criados e deixaram de existir sem nunca terem tido uma biblioteca (apêndice A). Nesse contexto, não é possível saber como neles era realizada a gestão da informação, nem qual foi o destino para a guarda e preservação das publicações institucionais. Nessa lista, não estão incluídos os órgãos com *status* de ministério, vinculados à Presidência de República. Esses nunca tiveram biblioteca, porque os documentos produzidos são armazenados na biblioteca da Presidência, também considerada perene. Somente a antiga Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), criada no primeiro mandato de Lula e extinta no segundo mandato de Dilma Rousseff, não seguiu essa regra. Seu acervo não foi absorvido pela biblioteca da Presidência e não há informações sobre onde se encontra.

Tendo em vista que as informações foram coletadas até o início de 2019, eventualmente podem existir mudanças na estrutura do Estado e, consequentemente, nas bibliotecas especializadas na administração pública federal, até a publicação deste texto. Porém, mesmo que algumas das bibliotecas venham a ser fundidas com a reforma ministerial de Jair Bolsonaro, entende-se que esse fenômeno não invalida os resultados e conclusões da pesquisa, não tendo sido considerado uma restrição.

2.2 As bibliotecas da administração pública federal como objeto de estudo

Poucos trabalhos foram realizados no sentido de se traçar um perfil e se diagnosticar a atuação das bibliotecas da administração pública federal, apesar de isso ser fundamental para a manutenção da memória institucional do Estado brasileiro, bem como para a gestão, recuperação e disseminação da informação.

Normalmente, se encontram na literatura casos em que as bibliotecas da administração pública federal são incluídas em análises globais ou gerais. O mapeamento mais completo foi realizado por Marcial e Guimarães (2008), quando realizaram um levantamento exaustivo, formando o *Guia das bibliotecas da 1ª Região: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul*, no qual as da administração pública federal foram incluídas. Segundo esse estudo, no ano de sua publicação, existiam em Brasília setenta bibliotecas especializadas da administração pública federal brasileira (conforme o anexo A).

Analogamente, as bibliotecas da administração pública federal aparecem também em levantamentos que tratam de tipos específicos, levando em consideração suas especialidades, como é o caso de estudos que tratam das bibliotecas legislativas ou jurídicas. Algumas também são citadas em função de sua participação em redes, como é o caso da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) (Passos e Chamarelli, 1995; Vieira e Jaegger, 2016), que reúne bibliotecas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nos âmbitos estadual e distrital; e o caso da Biblioteca Digital Jurídica (BDJur) do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que reúne as dos poderes Judiciário e Legislativo das esferas federal e estadual (Consórcio BDjur, 2019).

Ademais, as bibliotecas especializadas da administração pública federal são referenciadas como depositárias, responsáveis pelo controle bibliográfico das publicações oficiais brasileiras. Apesar da existência de algumas depositárias de publicações oficiais, que prestavam serviços de preservação desde 1944, como foi o caso da biblioteca do Ministério da Fazenda (Almeida, 1989), a discussão sobre a necessidade do estabelecimento delas ganhou força a partir de 1975. Côrte (2010, p. 29) relata que a gestão das publicações oficiais passou a receber mais atenção a partir da realização do 1º Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras, em 1975, que abriu espaço para a criação de uma comissão permanente na Associação de Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF) para tratar das publicações oficiais brasileiras, que esteve ativa entre 1975 e 1991. Entre as

discussões abordadas, essa comissão incentivou a criação de bibliotecas depositárias em cada órgão oficial, que seriam responsáveis pela coleta das publicações, promovendo o controle bibliográfico, a preservação da memória e a disseminação das publicações oficiais (Côrte, 2010, p. 31).

2.3 Atribuições e características das bibliotecas da administração pública federal brasileira

Ranganathan (2009, p. 262) afirma que a biblioteca é um organismo em crescimento. De fato, é possível notar as mudanças de papel, de perfil e até mesmo de sua importância durante a história. Seus conceitos antigos estavam relacionados estritamente ao acervo ou ao seu papel enquanto local onde se guardam livros. A partir da prevalência da sociedade da informação, passou-se a exigir das bibliotecas um comportamento cada vez mais ativo.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 48) apresentam um possível conceito de biblioteca como "coleção organizada de registros de informação, assim como os serviços e respectivo pessoal, que tem a atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender às necessidades de informação, pesquisa, educação e recreação de seus usuários". Informam ainda que esse conceito abrange os objetivos e as funções de outros serviços de informação, a exemplo dos centros de documentação e unidades de informação. Essa conceituação se aplica às bibliotecas da administração pública federal, uma vez que abrange o acervo, o pessoal, os produtos e serviços informacionais.

Quando se fala das bibliotecas especializadas da administração pública federal, trata-se de um conjunto de unidades de informação muito diverso, cuja principal semelhança é o fato de prestarem serviços informacionais especializados a instituições públicas federais. Isso condiz com a definição de biblioteca governamental apresentada por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 51), ao salientarem que aí se incluem vários tipos com perfis diferentes. As diferentes classificações estão relacionadas, sobretudo, ao tipo de usuário que cada uma atende, o que determina, inclusive, a especialização do acervo. Dessa forma, todos os produtos e serviços são planejados para atender a demandas específicas dos usuários dessas instituições.

Embora sejam classificadas recorrentemente como especializadas, por conta da concentração temática de seus acervos, elas também desenvolvem papéis típicos de outros tipos de bibliotecas. Entre as diferentes tipologias apresentadas por Cunha e Cavalcanti

(2008, p. 48-55), as bibliotecas da administração pública federal apresentam características de bibliotecas governamentais, empresariais, especializadas, híbridas, de pesquisa e de depósito legal. Essas classificações não são excludentes entre si, mas precisam ser levadas em consideração, pois representam a complexidade do trabalho dessas bibliotecas, que nem sempre é levada em consideração.

No que se refere às características de biblioteca especializada, as bibliotecas da administração pública federal são orientadas por assuntos específicos definidos pelo âmbito de atuação de suas mantenedoras. Apesar de trabalharem de maneira similar a quaisquer outras bibliotecas, se diferenciam na intensidade e minúcia com as quais o trabalho é desempenhado, focado nos temas específicos e áreas de conhecimento com traços próprios associados aos objetivos das instituições a que pertencem (Diessler *et al.*, 2017; Figueiredo, 1979).

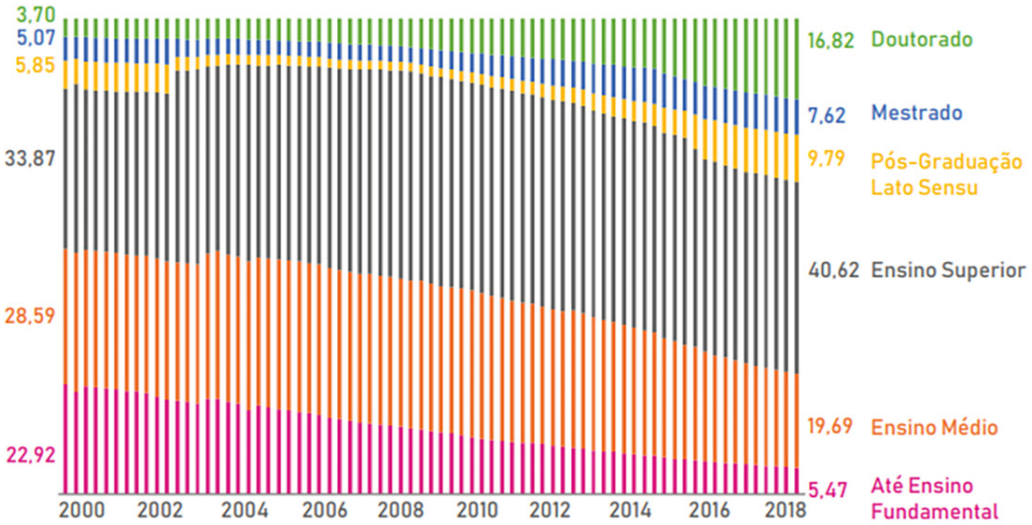
Dada a importância das bibliotecas especializadas no contexto informacional de suas mantenedoras, o desempenho no atendimento às demandas informacionais deverá ser eficiente para as organizações às quais se subordinam (Figueiredo, 1979, p. 13). Isso porque terá que atender às demandas e serviços específicos para usuários de altos níveis de formação e exigência (Diessler *et al.*, 2017).

O nível de formação dos usuários das bibliotecas da administração pública federal pode ser exemplificado por meio do gráfico 2, que mostra a evolução do percentual de servidores do Poder Executivo Federal por nível de escolaridade. É possível observar, nesse gráfico, que o número de servidores públicos com nível superior ou pós-graduação no Poder Executivo evoluiu de aproximadamente 48%, em 2000, para 75% em 2018. Esse dado é baseado no Sistema Integrado de Gestão de Pessoas do governo Federal (Sigepe), cuja atualização, na maioria das vezes, é feita nos casos em que é necessária para progressão e/ou redistribuição de servidores. Nesse caso, é possível que a quantidade de servidores com escolaridade a partir do nível superior seja ainda maior (Enap, 2018, p. 6).

A partir da análise do gráfico 2, é possível confirmar o alto nível de especialização dos usuários potenciais médios das bibliotecas da administração pública federal. Segundo a Enap (2018, p. 6), isso se deve à aposentadoria de servidores com menor escolaridade e ingresso de novos servidores, cujos concursos requerem titulação de nível superior, em detrimento dos concursos de nível médio e fundamental, que foram sendo gradualmente extintos. Cabe mencionar, porém, que, embora os servidores públicos representem

a maior parte da força de trabalho na administração pública federal, eles não são os únicos usuários. Não obstante as políticas de cada biblioteca variarem de acordo com a necessidade de suas instituições, deve-se considerar que os usuários potenciais incluem empregados públicos, terceirizados, comissionados, estagiários, bolsistas, bem como qualquer outro profissional que preste serviços na instituição mantenedora. Além disso, muitas dessas bibliotecas também atendem a usuários externos.

GRÁFICO 2
Nível de formação dos usuários das bibliotecas especializadas da administração pública federal brasileira



Fonte: Enap (2018, p. 6).
Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

As bibliotecas especializadas apresentam, quanto a determinados aspectos, algumas particularidades, elencadas por Figueiredo (1979), Souza (2016, p. 27), Diessler *et al.* (2017) e Souza e Oliveira (2017), a saber:

- localização (em instituições públicas, bancos, entre outros);
- área de cobertura (um grupo de temas ligado à entidade para a qual prestam serviço);
- tipo de usuário (servidores públicos, grupo social etc.);
- espaço físico (comumente reduzido, pois possui tamanho relativamente pequeno de coleções); e
- função (disseminar a informação para fins imediatos e utilitários).

Complementando essas particularidades, Diessler *et al*. (2017) afirmam que as bibliotecas especializadas possuem alto grau de automação, composição e tipologia documental exaustivos, funcionamento ativo e atualização contínua, tendo como dever e característica manterem-se atualizadas constantemente.

De forma esquemática, Souza e Oliveira (2017) apresentam as características das bibliotecas especializadas, conforme o quadro 2.

QUADRO 2
Características de uma biblioteca especializada

	Características
Pessoal	De alto nível, qualificado.
Estrutura organizacional	Claramente definida.
Financiamento	Contínuo, com médio/alto custo.
Orientação	Por assunto.
Localização	Companhias industriais, agências do governo, sociedades profissionais etc.
Tipo de material	Livros, folhetos, periódicos, publicações, documentos governamentais, relatórios de pesquisa etc.
Tamanho da coleção	Relativamente pequeno, com constante avaliação da coleção.
Serviços	Especiais e personalizados (serviço de referência, compilação de dados, serviços de alerta, treinamento no uso da coleção etc.).

Fonte: Souza e Oliveira (2017).

Os papéis de uma biblioteca especializada também se confundem com os das governamentais ou empresariais, em termos de especialização do acervo, conforme pode ser observado na definição a seguir:

> uma unidade de informação mantida por empresas privadas, agências governamentais, organizações sem fins lucrativos, associações de classe. Algumas bibliotecas departamentais em universidades com coleções altamente especializadas em determinado assunto são consideradas também bibliotecas especializadas na sua comunidade (Mount, 1991, p. 2 *apud* Igami e Vergueiro, 2003).

Enquanto bibliotecas governamentais e empresariais, destaca-se a função das bibliotecas da administração pública federal no apoio informacional ao processo decisório e no desenvolvimento de atividades de áreas não finalísticas. Elas trabalham no gerenciamento estratégico da informação e com fontes de pesquisa que atendem às necessidades informacionais de um público bem específico, composto por servidores públicos e demais colaboradores. Promovem a entrega de informação útil, atendendo,

assim, às necessidades de conhecimentos de sua mantenedora. Atuam também como importantes agentes no processo de obtenção e disseminação de conhecimento necessário tanto para a realização de estudos, quanto para o apoio ao processo decisório e de formulação de estratégia e políticas públicas de sua mantenedora (Miranda, 2007; Santos e Mello, 2015).

Em relação ao papel de bibliotecas governamentais, Valentim (2017) defende que a biblioteca deve liderar as discussões trazidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI) junto à sociedade, a respeito de temas como o limite à privacidade e à proteção de dados, de modo a serem propiciados produtos e serviços ao usuário sem fraude à legislação em vigor. Para atender a alguns requisitos da LAI, a autora informa que algumas já estão adaptando seus espaços físicos e digitais, a fim de se propiciar o acesso à informação a portadores de necessidades especiais.

No tocante às características em comum com as bibliotecas universitárias e de pesquisa, as bibliotecas da administração pública federal dão suporte a atividades de ensino e pesquisa. Entre as instituições que as possuem, algumas têm o ensino e a pesquisa como atividades finalísticas. Esses são os casos, por exemplo, das instituições que se dedicam à pesquisa, como o Ipea e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e das instituições de ensino, como a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e a Escola de Administração Fazendária (Esaf). Além disso, existem instituições da administração pública federal que possuem escolas de governo e universidades corporativas em suas estruturas internas – a exemplo do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Banco Central –, para as quais as bibliotecas também podem prestar suporte informacional especializado.

Valentim (2017) ainda ressalta que as bibliotecas especializadas e universitárias possuem importante papel na disseminação de informação científica no Brasil, por meio da construção de repositórios institucionais de acesso aberto, uma vez que as universidades e os institutos de pesquisa são os que mais geram conhecimento no país. Isso pode ser observado, por exemplo, ao se analisarem as fontes que compõem o Portal Brasileiro de Publicações em Acesso Aberto (Oasisbr),[2] que realiza colheita de informações de aproximadamente mil fontes, entre as quais 79 repositórios institucionais são mantidos por bibliotecas universitárias e especializadas.

2. Para mais informações sobre o portal brasileiro de publicações científicas em acesso, ver: <http://oasisbr.ibict.br/vufind/Institutions>.

Enquanto depositárias, as bibliotecas da administração pública federal são responsáveis por preservar a memória institucional de suas mantenedoras. Quanto à definição e à atribuição de bibliotecas depositárias, Côrte (2010, p. 50) afirma que:

> Uma biblioteca depositária constitui-se basicamente da coleção dos documentos publicados pela instituição e deve ser uma função atribuída à sua biblioteca central, não necessitando de maiores investimentos para sua criação. O ato que atribui essa responsabilidade é um procedimento interno, podendo ser, por exemplo, portaria, resolução, norma operacional ou instrução normativa. O ato interno precisa existir e deve fixar a competência da biblioteca, a responsabilidade da unidade editora/publicadora e o número de exemplares a serem encaminhados. É importante garantir que as unidades internas encaminhem, de forma regular, cada documento publicado e a quantidade de exemplares, conforme estabelecidos no ato.

As bibliotecas depositárias complementam o trabalho da Biblioteca Nacional, estabelecido pela Lei nº 10.994/2004 (Brasil, 2004), na medida em que trabalham para a preservação da memória institucional de suas mantenedoras.

> Os documentos que fazem parte da biblioteca depositária são todos aqueles produzidos pela instituição, registrados em qualquer suporte físico, abrangendo livros, folhetos, periódicos, monografias, teses, trabalhos de conclusão de curso, anais de eventos, relatórios de pesquisa, técnico-científicos, administrativos, de viagem, de gestão e de consultoria, jornais, cartazes, mapas, cartas geográficas, fotografias, álbuns, levantamentos estatísticos e epidemiológicos, *slides*, programas de trabalho, planos e projetos, separatas, traduções, reimpressões, edições fac-similares, programas de rádio e televisão, conferências, materiais audiovisuais, fitas de vídeo, CD-ROM, microfichas, entre outros (Côrte, 2010, p. 51).

Em relação à função dessas bibliotecas enquanto depositárias da memória institucional de suas mantenedoras, ressalta-se que, em geral, são conhecidas historicamente como centros de memória, pois, de acordo com Murguia e Yassuda (2007), guardam e disponibilizam documentos em diversos tipos de suporte, onde estão registradas informações que representam o passado ou, mais especificamente, a memória coletiva de determinados grupos de pessoas e até mesmo de uma nação. Além disso, Napoleone *et al.* (2016) afirmam que o papel das bibliotecas na preservação dos acervos históricos no âmbito das instituições de caráter público, para o desenvolvimento de pesquisas e resgate de elementos da história cultural de um povo, torna-se cada vez mais evidente.

Côrte (2010, p. 27) apresenta um relato histórico das atividades de preservação, organização, guarda e divulgação de publicações oficiais brasileiras. Poucas iniciativas foram tomadas em relação ao tratamento de publicações oficiais, até meados dos anos 1970. Durante esse período, a falta de gestão por parte da administração pública implicava a perda de informação e o desconhecimento das publicações oficiais por parte do próprio governo, que não dispunha de suas publicações para avaliar o passado, acompanhar a execução de metas e gerar novos conhecimentos a partir da experiência.

Almeida (1989) lista bibliotecas que, na época, tinham instruções normativas que regulamentavam a existência das depositárias. A criação de algumas dessas se deve ao trabalho da Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras, em 1975, conforme relatado por Côrte (2010, p. 31). Entre as bibliotecas citadas, estavam as depositárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, além daquelas dos ministérios da Educação e Cultura, Fazenda, Minas e Energia, Previdência, Assistência Social, Interior, Agricultura, Saúde, Trabalho, Justiça, entre outros.

As tentativas de controle bibliográfico e a criação de bibliotecas depositárias ajudaram a amenizar a perda de memória institucional por parte do Estado, a qual resultava da ausência, em vários órgãos, de bibliotecas e profissionais preocupados com a preservação das informações produzidas no âmbito da administração pública. Porém, tal esforço ainda é insuficiente. O desafio de preservação aumenta à medida que mais informações são produzidas apenas em formato eletrônico. Diante desse cenário, novas propostas são apresentadas para o controle bibliográfico de publicações, como a apresentada por Santos, Cavalcante e Galvão (2013), que sugerem a adoção de repositórios institucionais digitais para viabilizar o controle bibliográfico e a preservação de publicações oficiais.

Um grande desafio para a preservação da memória institucional pelas bibliotecas reside no fato de que o entendimento da necessidade de preservar um patrimônio bibliográfico ainda parece distante. Isso pode ser observado nos relatos de Murguia e Yassuda (2007), ao concluírem que os critérios para o tombamento de bibliotecas em geral não levam em consideração o acervo, mas outros pontos, como a estrutura física e arquitetônica dos edifícios, resultando no tombamento apenas dos monumentos onde as bibliotecas estavam inseridas.

Além das tipologias já apresentadas, as bibliotecas da administração pública federal também podem ser classificadas como híbridas, e ainda desenvolvem algumas atividades de bibliotecas públicas. São consideradas híbridas por conta da formação de seu acervo e de seus serviços, que são divididos entre os suportes físico e digital, como consequência do crescimento do impacto das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na sociedade contemporânea. Por seu turno, a semelhança com as bibliotecas públicas está relacionada ao atendimento da população em geral. Mesmo que seu acervo seja especializado e seus serviços não sejam orientados prioritariamente ao público em geral, elas propiciam o contato entre a instituição e o cidadão. Na administração pública, os espaços físicos das bibliotecas são comumente utilizados pelo público em geral, por conta de atividades culturais, da consulta ao acervo e da busca por espaços de estudos pelos cidadãos. A própria internalização do atendimento ao cidadão pela LAI, conforme relatado por Valentim (2017), já simboliza uma interface que representa o trabalho da biblioteca na mediação da informação entre sua mantenedora e os cidadãos.

Após serem arroladas as várias atividades que demonstram a complexidade do trabalho das bibliotecas da administração pública federal e que as identificam com características próprias, optou-se por se utilizar nesta pesquisa a denominação de *especializadas*. Embora elas exerçam muitas funções que são mais comuns em outros tipos de biblioteca, essas instituições são historicamente reconhecidas pela especialidade de seus acervos e de seus produtos e serviços. Além disso, enfrentam problemas e desafios semelhantes àqueles encontrados na literatura a respeito das bibliotecas especializadas.

De modo a exemplificar os desafios enfrentados pelas bibliotecas especializadas, Murray (2013a) afirma que elas lidam constantemente com um contexto de concorrência, que exige uma postura multivalente e competitiva para garantir sua existência. Também afirma que elas não possuem o mesmo apelo popular que outras bibliotecas, como as públicas ou universitárias, e que precisam demonstrar constantemente seu valor para a organização, inclusive em termos financeiros. Santos (2016, p. 57) apresenta os principais métodos encontrados na literatura de valoração econômica utilizados para demonstrarem o valor e o retorno que a organização mantenedora recebe pelo investimento. Murray (2013b) afirma que, para sobreviverem em um ambiente de corte de custos, as bibliotecas especializadas precisam mostrar que são essenciais e estratégicas para suas organizações.

Tara Murray (2014) relata o problema do fechamento de bibliotecas especializadas, ressaltando a necessidade constante de convencimento dos gestores da importância de mantê-las; e refere-se à escassez de literatura quanto ao assunto, a qual implicaria a falta de informação para gestores sobre o que fazer em tais situações. A autora comenta também casos de fechamento; dificuldades que as instituições enfrentam após o fechamento de bibliotecas, como a perda de memória institucional e bibliográfica e a descontinuidade de serviços informacionais; e casos de reabertura, a partir da ação de profissionais, usuários e entidades de classe. Ademais, sugere estratégias para evitar o fechamento de bibliotecas e formas de agir caso sejam fechadas.

Artigas (2017) defende que as bibliotecas especializadas precisam ter uma visão prospectiva, a fim de se identificarem caminhos e opções para que possam se adaptar em um ambiente em constante mudança. Afirma também que, sem uma visão estratégica, "estas são um corpo isolado, disfuncional, e falido, fadado a não sobreviver em um mundo altamente competitivo, em constantes mudanças" (Artigas, 2017, p. 107).

Tendo por base os resultados de alguns estudos prospectivos, Artigas (2017) lista diversas ações que podem enquadrar o papel da biblioteca como fundamental ao processo de pesquisa. Assim, deixaria de ser mero apoio, passando a integrar a produção do conhecimento. De forma parecida, Sales e Sayão (2015) discutem o reposicionamento das bibliotecas de pesquisa em um contexto de mudança e uso intensivo de dados, e concluem que, ao mesmo tempo que essas mudanças representam fechamentos de ciclos, também trazem oportunidades.

As bibliotecas especializadas costumam ter um quadro reduzido de bibliotecários, muitas vezes limitado a apenas uma pessoa. Murray (2013a) reafirma que, pelo fato de trabalharem isoladamente em suas instituições e de possuírem características muito peculiares que as distinguem de todas as outras, torna-se cada vez mais necessária a iniciativa de trabalhar colaborativamente e formar redes de cooperação.

É necessário compreender essas bibliotecas como sistemas abertos, que sofrem influência do meio em que estão inseridas e necessitam se adaptar, como questão de sobrevivência. Por não serem instituições autônomas, também são afetadas pelas mudanças ocorridas na organização em que se inserem. Sendo assim, há vários fatores externos que podem impactar o desempenho das bibliotecas especializadas (Igami e Vergueiro, 2003), entre os quais se destacam os seguintes:

> políticas federais, estaduais; o surgimento de novas tecnologias para o tratamento e disseminação da informação; a mudança na demanda por informação do usuário; os agentes externos que se propõem a fornecer a informação e se constituem em competidores; restrições orçamentárias cada vez mais acentuadas; mudança ou adequação da missão institucional onde a biblioteca está inserida (Igami e Vergueiro, 2003, p. 4).

Por fim, Diessler *et al*. (2017) destacam, como desafios atuais das bibliotecas especializadas:

> a importância de responder aos novos desafios da informação com inovação e novas vias de atuação como: apoio metodológico na busca de informação para investigadores em formação; repositórios e *data curation*; *open data* e *linked data*; assessoria em publicação, ressaltando a colaboração e cooperação com outros departamentos e outras profissões (Diessler *et al*., 2017).

Do ponto de vista da gestão e do impacto político, econômico e social na definição do escopo de atuação das bibliotecas especializadas, Igami e Vergueiro (2003, p. 8) afirmam que questões sociodemográficas, políticas, econômicas e tecnológicas existentes no período contemporâneo têm significativo impacto, especialmente sobre as de instituições públicas. Exemplos dessas questões são: os avanços crescentes das TICs, que alteram o modelo de gestão das instituições públicas, em especial as de pesquisa; as restrições orçamentárias cada vez maiores; o aumento do nível de exigência dos usuários, que requerem cada vez maior qualidade nos serviços, além de apresentarem maior grau de autonomia na busca da informação desejada.

Para lidar com as demandas de uma biblioteca cada vez mais competitiva e cada vez mais multivalente, os bibliotecários enfrentam alguns desafios, como investir constantemente em capacitação, principalmente em formação específica vinculada às áreas temáticas da instituição mantenedora da qual fazem parte (Diessler *et al*., 2017; Santos e Mello, 2015). O bibliotecário também deve "conhecer os projetos em andamento, participar de reuniões, comissões de planejamento [em] P&D [pesquisa e desenvolvimento], e outros, mantendo uma linha direta de comunicação entre a biblioteca e a administração da Instituição" (Igami e Vergueiro, 2003).

A relevância do bibliotecário no ambiente da informação repousa no serviço prestado tanto de guarda do processo evolutivo de sua mantenedora quanto na obtenção e guarda do conhecimento relacionado à respectiva área de atuação. Presta também certa adaptabilidade às mudanças desse tipo específico de conhecimento, pois, conforme ressaltado por Souza

e Oliveira (2017), seu principal objetivo é o de disponibilizar a informação de que sua mantenedora necessita Além disso, sendo um dos objetivos das bibliotecas especializadas o de se antecipar às necessidades de seus usuários, mantendo seus acervos sempre atualizados com os principais e mais relevantes assuntos de interesse de sua mantenedora, os profissionais que nelas trabalham precisam ter conhecimento nesses assuntos e manter constante comunicação com especialistas da sua área temática e da instituição (Figueiredo, 1979).

Além de manterem um trabalho constante da avaliação da coleção, os bibliotecários buscam uma intensa atividade de cooperação bibliográfica entre as bibliotecas, em função de possuírem coleções enxutas e muito específicas. Isso faz com que sejam espaços dinâmicos e atuem como uma ponta de comunicação entre os órgãos do governo.

Santos e Mello (2015) defendem ser "necessário que o bibliotecário saia das suas atividades cotidianas e tradicionais e busque identificar quais são as informações vitais para a instituição". A ação deve ser proativa, com permanente busca pelas necessidades informacionais da organização, sempre com foco no que o usuário quer, e não no que a biblioteca tem a oferecer. Para tanto, "a biblioteca deve sair de sua zona de conforto para estabelecer e renovar a confiança com as pessoas estratégicas da instituição" (Santos e Mello, 2015).

As bibliotecas também devem promover constantes inovações em produtos e serviços, de acordo com as exigências e necessidades dos usuários que estão em constante mudança. A busca pelo fortalecimento das relações institucionais e profissionais dentro das suas mantenedoras é fator crítico de sucesso. "Não pensar mais no que ela pode oferecer, mas o [de] que o usuário, realmente, precisa" (Santos e Mello, 2015).

Murray (2013a) relata que, nas instituições que possuem bibliotecas especializadas, é comum que os bibliotecários estejam envolvidos em atividades não tradicionais, como inteligência competitiva, manutenção de *websites* e captação de recursos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa tem caráter descritivo e qualitativo, sendo que parte do estudo permite a descrição de um fenômeno, tendo por base o levantamento de suas características (Santos, 2000); visa, assim, conhecer o perfil das bibliotecas especializadas da administração pública federal, em especial na gestão da informação digital e preservação da memória institucional.

O universo da pesquisa é constituído por todas as instituições públicas federais distribuídas pelo território brasileiro. Entretanto, para esta pesquisa, por questões de tempo e custos, foi definido um estrato desse universo, formado por órgãos que possuem biblioteca especializada e que se localizem em Brasília, restringindo-se a pesquisa, mas sem que se comprometessem os objetivos propostos. Também foi definido que os conselhos profissionais federais, as universidades, os institutos federais e o Colégio Pedro II não fariam parte dessa população, por diferirem quanto aos objetivos e à forma de funcionamento de bibliotecas especializadas e depositárias na administração pública federal. Os comitês e as comissões também não fizeram parte, pois são estruturas enxutas e não possuem bibliotecas.

Entretanto, as bibliotecas das escolas de governo foram consideradas como pertencentes à população da pesquisa. Em geral, essas bibliotecas e as das universidades corporativas têm características tanto de biblioteca universitária (por dar suporte à educação e obedecer às regras de avaliação do Ministério da Educação), quanto de especializada e depositária (no sentido de existir uma especialização temática do acervo, do papel de dar suporte à sua instituição e de preservar a memória institucional). Cita-se como exemplo a da Esaf, que, desde 2015, gerencia o acervo das publicações produzidas pelo Ministério da Fazenda, momento em que aquele ministério remanejou todo o seu acervo para a Esaf e fechou a biblioteca existente em seu prédio (Brasil, 2015). Entre as escolas de governo, foram desconsideradas as que resultam de parcerias entre instituições públicas e universidades federais, pois as bibliotecas que apoiam as atividades dessas escolas de governo são as bibliotecas das respectivas universidades, diferindo do escopo desta pesquisa. Esse é o caso, por exemplo, da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, que funciona a partir da pareceria entre a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e a Universidade de Brasília (UnB).

Todos esses recortes configuram-se também como delimitações da pesquisa, sem comprometerem seus objetivos.

Atendendo ao recorte da pesquisa, foram identificadas 125 instituições da administração pública federal em Brasília (apêndice B). Entre elas, foi levantado que somente 79 instituições possuíam biblioteca, que foram definidas como a população da pesquisa. Optou-se pelo censo nesse estrato da população, visto que seu tamanho é menor do que 100. Entretanto, foi calculado o tamanho de amostra mínima para garantir a realização de inferências para toda a população. Destaca-se que as inferências realizadas estão restritas ao estrato da população e não ao universo.

Partindo-se de uma população (N) de 79 elementos e considerando-se um intervalo de confiança de 1,96, uma margem de erro de 0,05 e um *split* de 0,210, obteve-se um valor mínimo de amostra de $\eta = 62$. Para tanto, foi utilizada fórmula de cálculo de determinação de amostra aleatória simples, conforme descrito por Gil (1991).

Um questionário digital foi elaborado utilizando-se o aplicativo Google Forms (apêndice C). O questionário foi encaminhado para as 79 instituições públicas por meio de *e-mail*. Foram obtidas 68 respostas no período de julho a setembro de 2018, número acima do estimado pelo cálculo amostral. Realizou-se também investigação complementar, por meio de contato telefônico, por *e-mail* e visitas locais, de fenômenos relacionados à redução de espaço físico das bibliotecas. A coleta foi realizada no período de outubro de 2018 a março de 2019.

Foi realizado cálculo de estatísticas descritivas e elaboradas tabelas de frequência contendo os valores absolutos e relativos de cada variável. Também foram realizados cruzamentos de variáveis para verificar a relação existente entre elas. O *software* IBM- Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) foi utilizado para geração das estatísticas descritivas. Para tabulação dos dados e criação de gráficos, utilizou-se o *software* Microsoft Excel 2013.

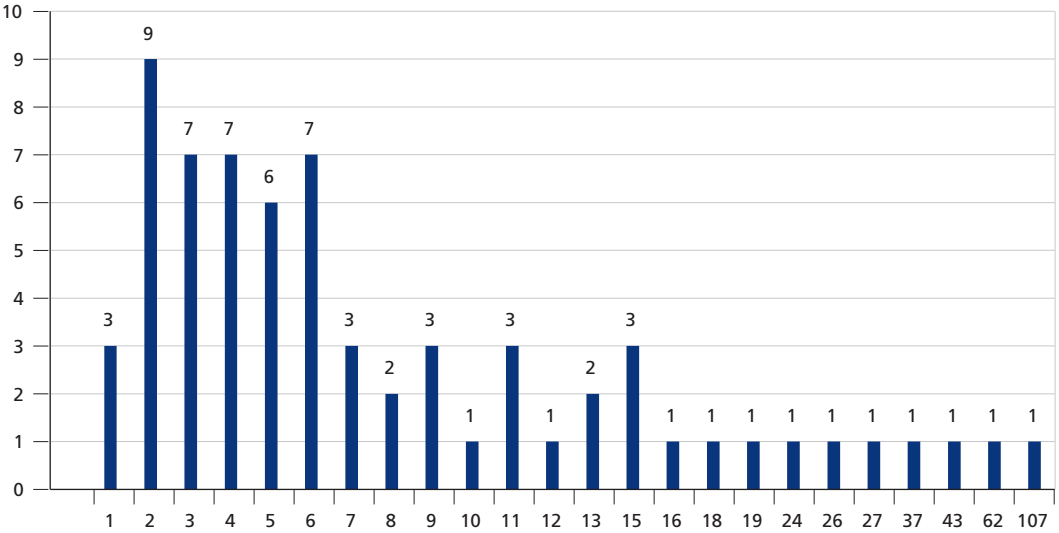
Por fim, destaca-se que todos os resultados apresentados a seguir se referem à população da pesquisa, definida nesta metodologia, constituída por um estrato das bibliotecas especializadas da administração pública federal brasileira.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

Apesar do avanço da tecnologia da informação, as atividades realizadas nas bibliotecas ainda dependem de mão de obra especializada para a preservação da memória do Estado, garantindo sua recuperação pelas gerações futuras.

O número de pessoas trabalhando nas bibliotecas especializadas da administração pública federal varia muito, conforme pode ser observado no gráfico 3. A moda é de duas pessoas por biblioteca, representando a maior frequência, ocorrida em 9 dessas instituições pesquisadas. A mediana é de 6, o que significa que metade das bibliotecas da administração pública federal localizadas em Brasília possuem 6 ou menos de 6 pessoas trabalhando em sua estrutura.

GRÁFICO 3
Número de pessoas que fazem parte da equipe das bibliotecas especializadas da administração pública federal localizadas em Brasília (2019)



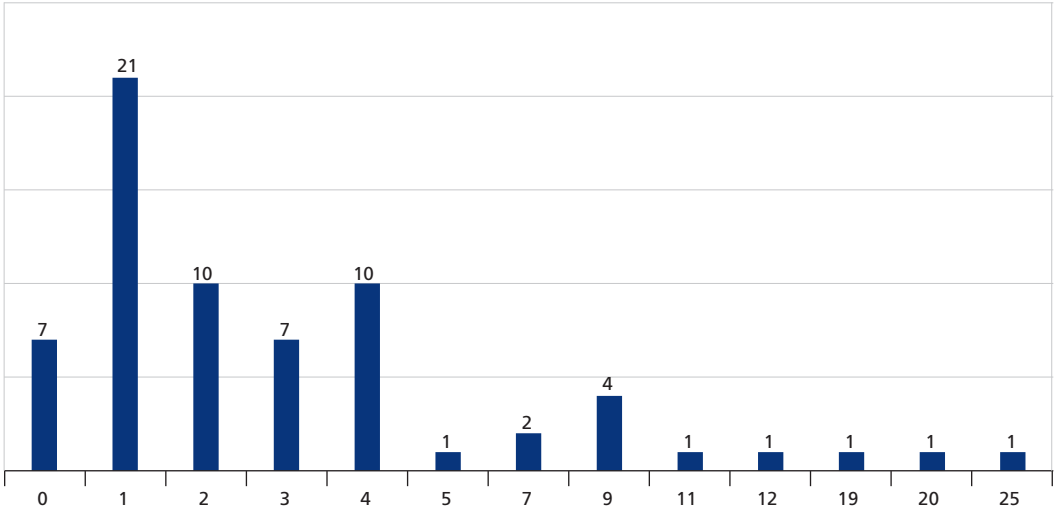
Elaboração dos autores.

Cabe aqui destacar a existência de sete *outliers,*[3] representando instituições que contêm mais de 23 pessoas trabalhando na biblioteca, sendo que o maior *outlier* apresenta o valor de 107 pessoas. Essas discrepâncias alteram a média de pessoas trabalhando nas bibliotecas da administração pública federal localizadas em Brasília. Sem considerar esses *outliers*, a média de pessoas trabalhando nessas bibliotecas é de 7 pessoas, com desvio-padrão de 3.

Quanto ao número de bibliotecários trabalhando nas bibliotecas especializadas, verifica-se que a moda é de apenas 1 bibliotecário, frequência que ocorre em 31% das bibliotecas. A mediana é de 2. Em média, os bibliotecários representam 40% do quadro dos servidores dessas bibliotecas, excluindo-se as bibliotecas que não possuem bibliotecários (gráfico 4).

3. Em estatística, *outlier* representa valor atípico, apresentando grande afastamento do 3º e 1º quartis (valor 1,5 vez superior ao 3º quartil ou 1.5 vez inferior ao 1º quartil), sinalizando uma observação inconsistente. Essas medidas devem ser analisadas, e se for o caso, retiradas para não gerar viés a análise (Maroco, 2010, p. 47).

GRÁFICO 4
Número de bibliotecários trabalhando na biblioteca especializada da administração pública federal localizadas em Brasília (2019)



Elaboração dos autores.

Foram identificadas sete bibliotecas funcionando sem bibliotecários, bem como nove *outliers,* casos esses que apresentam um número significativo de bibliotecários, contendo nove ou mais bibliotecários, chegando ao máximo de 25 bibliotecários trabalhando em uma instituição, conforme apresentado no gráfico 4.

Além da existência de bibliotecas sem bibliotecários, foi identificado que em 64,2% houve redução do número de servidores trabalhando na biblioteca (tabela 1) nos últimos dez anos (2009/2019). Somente em 13,4% das bibliotecas houve aumento dos cargos destinados a bibliotecários (tabela 2), pelo mesmo parâmetro de tempo.

TABELA 1
Respostas ao questionário relativas à questão de se houve aumento do número de servidores nas bibliotecas especializadas da administração pública federal localizadas em Brasília (2009-2019)

Respostas	fi[1]	%
Não, diminuiu	43	64,1
Não, permaneceu o mesmo	6	9
Sim, houve aumento	18	26,9
Total	**67**	**100**

Elaboração dos autores.
Nota: [1] fi – frequência.

TABELA 2
Respostas ao questionário referentes à questão de se houve aumento do número de cargos destinados para graduados em biblioteconomia nas bibliotecas especializadas da administração pública federal localizadas em Brasília (2009-2019)

Respostas	fi	%
Não, diminuiu	22	32,8
Não, permaneceu o mesmo	36	53,8
Sim, houve aumento	9	13,4
Total	**67**	**100**

Elaboração dos autores.

Quanto à formação dos bibliotecários que trabalham nas bibliotecas pesquisadas, 31% possuem curso de extensão; 51%, especialização; 12%, mestrado; e 5%, doutorado. A quantidade de bibliotecários com titulação acima do nível superior está de acordo com a tendência apresentada pela Enap (2018, p. 6). Sabe-se que o nível de formação dos servidores públicos em geral aumentou e, portanto, era de se esperar, como consequência, que a formação dos bibliotecários acompanhasse esse movimento. No entanto, a quantidade de profissionais com nível mais alto de formação e especialização poderia ser ainda maior, considerando-se a tendência mundial de crescimento da capacitação de recursos humanos, de forma cada vez mais multidisciplinar e continuada, conforme apresentado por Marcial (2015, p. 51). Os desafios apresentados por essa autora corroboram a necessidade de os profissionais da informação buscarem formação continuada de mais alto nível para exercer suas atividades, em um mercado que muda constantemente, e contribuírem para a produção de inovações.

Foi também verificado que, em 45% das instituições foco da pesquisa, há bibliotecários no quadro das instituições que estão lotados fora das bibliotecas. Conforme apresentado por Murray (2013a), é comum, em instituições que possuem bibliotecas especializadas, existirem bibliotecários trabalhando com serviços não tradicionais de biblioteca. Porém, ainda é necessário mapear as funções que esses bibliotecários exercem em suas instituições, para identificar se atuam na área de informação.

Quanto ao tempo de existência, quinze dessas bibliotecas (representando 22% delas) foram criadas antes da inauguração de Brasília, sendo a mais antiga a biblioteca do Senado Federal, inaugurada de 1826. Os períodos que apresentaram maior movimento de criação de bibliotecas foram as décadas de 1970 e o ano de 2010 (tabela 3). A existência de bibliotecas especializadas na administração pública federal há quase dois séculos e a criação recente de novas bibliotecas sinalizam sua importância para a gestão da informação no Estado.

TABELA 3
Período em que as bibliotecas especializadas da administração pública federal brasileira foram inauguradas

Data de criação das bibliotecas	fi	%
Antes da inauguração de Brasília	15	22
Década de 1960	4	6
Década de 1970	10	15
Década de 1980	8	12
Década de 1990	8	12
Década de 2000	8	12
Década de 2010	10	15
Data desconhecida	4	6
Total	**67**	**100**

Elaboração dos autores.

Apesar dos avanços no campo tecnológico na área da informação e as oportunidades que trazem para a gestão da informação, poucas são as bibliotecas que desfrutaram de aumento de recursos financeiros (28,4%). A maioria observou redução desses recursos (37,3%). Algumas não possuem orçamento próprio (9,0%), enquanto em outras houve aumento dos recursos financeiros somente para manutenção, para serem aplicados em modernização ou em novas aquisições. Uma está com as atividades suspensas por falta de bibliotecário (tabela 4).

TABELA 4
Variação dos recursos financeiros destinados às bibliotecas especializadas da administração pública federal localizadas em Brasília (2014-2019)

Respostas ao questionário	fi	%
Houve redução	25	37,2
Não, permanece o mesmo	16	23,9
Sim, houve aumento de recursos financeiros	19	28,4
Não se aplica.	6	9,0
Outros	1	1,5
Total	**67**	**100**

Elaboração dos autores.

A tabela 5 mostra que, em 59,7% das bibliotecas pesquisadas, houve aumento das atividades realizadas.

TABELA 5
Aumento das atividades realizadas pelas bibliotecas especializadas da administração pública federal localizadas em Brasília (2014-2019)

Respostas ao questionário	fi	%
Sim, houve aumento das atividades	40	59,7
Não, permaneceram as mesmas	23	34,3
Houve redução	3	4,5
Outros	1	1,5
Total	**67**	**100**

Elaboração dos autores.

Cruzamento de variáreis realizado entre as tabelas 4 e 5 mostra que, em somente em 18% das bibliotecas, houve aumento das atividades realizadas acompanhada de aumento dos recursos financeiros disponíveis. Entre as bibliotecas que tiveram redução de recurso financeiro, em 44% as atividades desempenhadas se mantiveram as mesmas, e em 52% houve aumento de atividades. Entre as que permaneceram com os mesmos recursos financeiros, 63% tiveram suas atividades aumentadas nos últimos cinco anos.

Entre as novas atividades que essas bibliotecas passaram a desempenhar, as mais citadas foram: o desenvolvimento de biblioteca digital e repositório institucional; a digitalização de documentos; a revitalização de acervo; normalizações; gestão da informação e do conhecimento; promoção de eventos e atividades culturais; apoio a pesquisadores; ações de comunicação e *marketing*; e desenvolvimento de tesauros.

Apenas 26,9% das bibliotecas tiveram seu espaço aumentado nos últimos cinco anos. Na maioria dos casos (70,1%), ou houve redução ou o espaço permaneceu o mesmo, conforme destacado na tabela 6. Esse movimento pode estar associado a dois fatores que podem ter ocorrido, inclusive concomitantemente: *i*) o aumento da produção de documentos digitais sem exemplar impresso; e *ii*) a não utilização dos espaços da biblioteca para atividades de convivência e para a construção do conhecimento (disponibilizando-se espaços criativos com oferta de multimeios para realização de reuniões, eventos e outras atividades).

TABELA 6
Variação quanto ao espaço ocupado pelas bibliotecas especializadas da administração pública federal localizadas em Brasília (2014-2019)

Espaço ocupado pelas bibliotecas	fi	%
Houve redução	20	29,9
Não, permanece o mesmo	29	43,2
Sim, houve aumento	18	26,9
Total	**67**	**100**

Elaboração dos autores.

Das vinte bibliotecas especializadas que tiveram seus espaços físicos reduzidos, pode-se observar que dezoito apresentaram os fatores que motivaram a redução (gráfico 5). As principais causas mencionadas foram: a diminuição do leiaute nos espaços físicos de oito bibliotecas, relacionada à mudança de local e do prédio institucional; e reformas e reestruturação de espaços em quatro bibliotecas. Esses espaços foram ocupados por outros setores e coordenações criados pela instituição ao longo do tempo e considerados mais estratégicos. Mesmo assim, foi declarado que esses fatores não prejudicaram o atendimento aos usuários e nem a execução das atividades desenvolvidas nas bibliotecas.

GRÁFICO 5
Fatores que motivaram a redução de espaço físico nas bibliotecas da administração pública federal localizadas em Brasília (2019)

Elaboração dos autores.

Verifica-se, na tabela 7, que somente 12,0% das bibliotecas especializadas oferecem espaços não convencionais. Nas que oferecem esse tipo de serviço, encontram-se: espaços para estudos; sala de multimeios para realização de cursos de capacitação, palestras e reuniões, inclusive com possibilidade de realização de teleconferência; locais para realização de atividades culturais e exposição de documentação museológica; e espaços para pessoas com necessidades especiais.

TABELA 7
Respostas ao questionamento sobre a existência de espaços não convencionais nas bibliotecas especializadas da administração pública federal localizadas em Brasília (2019)

Existência de espaços não convencionais	fi	%
Não	56	84
Sim	8	12
Em desenvolvimento	3	4
Total	**67**	**100**

Elaboração dos autores.

As TICs já fazem parte do dia a dia das bibliotecas especializadas da administração pública federal. A maioria está informatizada e possui *software* de gestão de bibliotecas (82,1%) e 6,0% estão em processo de implantação (tabela 8). O registro de oito bibliotecas que não possuem e não estão em vias de implementar *softwares* de gestão representa um dado relevante, tendo em vista os seguintes fatores: *i*) a existência de relatos documentados de bibliotecas na administração pública federal que iniciaram seu processo de automação desde a década de 1970 (conforme Loddo, Lemos e Ishie, 1977); *ii*) as iniciativas de apoio à popularização de ferramentas de gerenciamento de bases de dados bibliográficas, como o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) fez em relação ao uso do Microisis na década de 1980 (Miki, 1989; Lima e Mendonça,1998); e *iii*) a existência atual de *softwares* gratuitos e/ou livres para gestão de bibliotecas e acervos bibliográficos. É necessário aprofundar a pesquisa nessas bibliotecas e descobrir como fazem a gestão de seus processos e de seus acervos.

TABELA 8
Quantidade de bibliotecas especializadas da administração pública federal localizadas em Brasília que possuem *software* de gestão de bibliotecas (2019)

Possui *software* de gestão	fi	%
Sim	55	82,1
Não	8	11,9
Em desenvolvimento	4	6
Total	**67**	**100**

Elaboração dos autores.

Outra sinalização do avanço das TICs é a existência de *sites* das bibliotecas especializadas da administração pública federal em 46,3% delas, sendo que 9% estão em processo de implantação (tabela 9). Esses resultados sinalizam que, em breve, mais da metade dessas bibliotecas possuirão um *site* para comunicação com seus usuários.

TABELA 9
Existência de site das bibliotecas da administração pública federal brasileira (2019)

Possuir *site*	fi	%
Sim	31	46,2
Não	30	44,8
Em desenvolvimento	6	9
Total	**67**	**100**

Elaboração dos autores.

As bibliotecas são conhecidas por buscar diferentes canais de comunicação com seus usuários,[4] muitas vezes utilizando a tecnologia como parceira nesse processo. Os dispositivos digitais, em especial os *smartphones*, ganham espaço nessa comunicação (Vieira, 2017, p. 282). A partir do advento dos dispositivos móveis digitais, as bibliotecas passaram a explorar novos canais de comunicação com os usuários. A tabela 10 mostra que 29,9% das bibliotecas especializadas da administração pública federal já utilizam esses dispositivos para a comunicação com seus usuários e que 11,9% estão investindo nessa modalidade de comunicação.

4. Antes da existência dos dispositivos digitais, muitas bibliotecas já realizavam atendimentos a distância, por telefone, fax, carta, telex e, posteriormente, por correio eletrônico, *sites* e perfis em redes sociais.

TABELA 10
Interação das bibliotecas especializadas da administração pública federal brasileira com seus usuários por meio de dispositivos móveis (2019)

Interação por meio de dispositivos digitais	fi	%
Em desenvolvimento	8	11,9
Não	39	58,2
Sim	20	29,9
Total	**67**	**100**

Elaboração dos autores.

Há, em 35,8% das bibliotecas especializadas da administração pública federal localizadas em Brasília, tanto biblioteca digital quanto repositório institucional, e 7,4% estão em processo de implantação dessas duas modalidades. Ao todo, existem 44,8% com bibliotecas digitais e 44,9% com repositórios institucionais na administração pública federal, sendo que 11,9% delas estão em processo de implantação de bibliotecas digitais e 17,9% de repositórios institucionais (tabela 11). Assim, espera-se que, em um breve espaço de tempo, mais da metade dessas bibliotecas possuam um desses serviços, e cerca de 43% possuam ambos.

TABELA 11
Existência de biblioteca digital e repositório institucional nas bibliotecas especializadas da administração pública federal brasileira (2019)

Em desenvolvimento		Possui um repositório institucional?			
		Não	Sim	Total	
Possui biblioteca digital?	Em desenvolvimento	5	3	0	8
	Não	6	17	6	29
	Sim	1	5	24	30
	Total	**12**	**25**	**30**	**67**

Elaboração dos autores.

Apesar de todo o avanço no campo digital, a maioria das bibliotecas especializadas da administração pública federal não é responsável pelo gerenciamento dos documentos digitais produzidos por suas mantenedoras (62,7%). Somente 16,4% o fazem com

um fluxo de informação[5] bem definido (tabela 12). O fato de as bibliotecas não serem responsáveis pela gestão de documentos digitais sinaliza um possível risco de perda de conhecimento institucional, sobretudo em um momento histórico em que os documentos digitais proliferam sem cópia impressa e são depositados, em sua maioria, somente nas páginas dos órgãos na internet, sem nenhuma preocupação com sua gestão e preservação.

TABELA 12
Bibliotecas especializadas da administração pública federal localizadas em Brasília responsáveis pelo gerenciamento dos documentos digitais (2019)

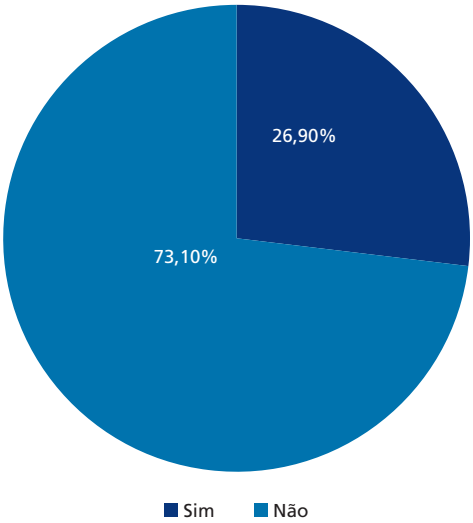
Gerenciamento de documentos digitais	fi	%
Não é de responsabilidade da biblioteca gerenciar os documentos digitais produzidos no órgão	42	62,7
Sim, mas sem fluxo definido	14	20,9
Sim, com fluxo bem definido	11	16,4
Total	**67**	**100**

Elaboração dos autores.

Levando-se em consideração que existem outros setores que também exercem a função de preservação e recuperação da informação, do conhecimento e da memória institucional do Estado, como arquivos e museus, faz-se necessário aprofundar a pesquisa para saber se a responsabilidade pela gestão dos documentos digitais foi assumida por outras instâncias. Como exemplo, pode-se citar o caso do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, que, mesmo não tendo biblioteca em sua estrutura interna, instituiu um repositório institucional, denominado Base de Conhecimento da CGU, com a função de "organizar, armazenar, gerenciar, preservar, recuperar e disseminar documentos em formato digital, produzidos e/ou utilizados no âmbito das atividades do órgão" (Brasil, 2018e).

5. Fluxo de informação diz respeito "ao processo que interliga o pedido feito por uma pessoa, via sistema de informação, para gerar informações ou referências a serem encaminhadas ao usuário solicitante" (Cunha e Cavalcanti, 2008, p. 62). Como acréscimo, Medeiros (1984, p. 139) refere o "caminho percorrido pela informação desde o momento em que é produzida até o momento de sua utilização".

GRÁFICO 6
Conhecimento de documentos digitais que foram produzidos em sua instituição e que se perderam com as reformas dos *sites* (2019)



Elaboração dos autores.

Ainda no contexto da perda de conhecimento armazenado em formato digital, foi questionado se os servidores das bibliotecas pesquisadas possuíam algum conhecimento de documentos digitais que foram produzidos em sua instituição e que se perderam com as reformas dos *sites*. Em 26,9% das respostas, esse fenômeno era conhecido (gráfico 6). Como não é de responsabilidade da maioria das bibliotecas a gestão dos documentos digitais produzidos por sua mantenedora, estima-se que esse número poderá ser maior, pois a perda poderá ter ocorrido sem o conhecimento dos bibliotecários. A tabela 13 confirma essa estimativa, visto que 82,1%, dos 73,1% que afirmaram haver perda de informação não souberam informar com que frequência essa perda ocorre.

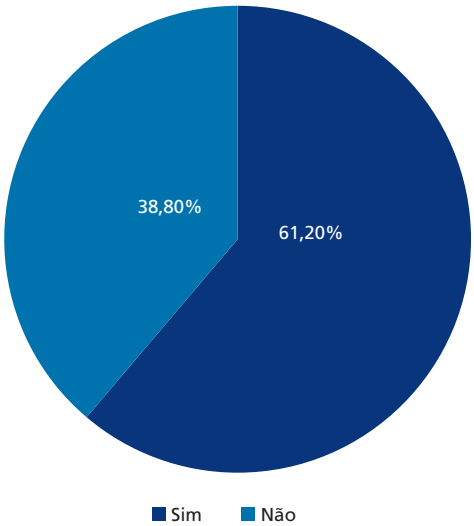
TABELA 13
Frequência de ocorrência de perda digital (2019)

A perda de informação digital ocorre com frequência?	fi	%
Não sei informar	55	82,1
Não	8	11,9
Sim	4	6
Total	**67**	**100**

Elaborção dos autores.

Em relação aos investimentos em inovação[6] nos últimos dez anos, 61,2% das bibliotecas informaram que haviam realizado inovações e 38,8% negaram a existência de investimento em inovação (gráfico 7).

GRÁFICO 7
Promoção de inovação impactante nas bibliotecas especializadas da administração pública federal localizadas em Brasília (2009-2019)



Elaboração dos autores.

Na pergunta que tratou de inovação, foi também solicitado que os respondentes fornecessem exemplos das inovações promovidas. Com base na análise dessas respostas, conclui-se que apenas 13,4% haviam realmente realizado alguma inovação. As 47,8% restantes haviam apenas realizado investimentos em modernização de suas atividades, visto que investimentos em biblioteca digital, repositório institucional, digitalização de documento, realização de eventos, entre outros citados, não se caracterizam como inovação, por serem atividades praticadas por bibliotecas há anos. Observou-se que existe uma diferença de visão dos respondentes com relação ao que seja inovação e modernização, o que sugere que a comunidade de profissionais da informação trabalhe

6. Inovação: ato ou efeito de inovar, de produzir e comercializar algo novo (Fagerberg, 2003). Há três tipos de inovação: i) a radical, com o desenvolvimento e introdução de um novo produto e/ou serviço, novos métodos e/ou processos de produção, novas fontes de suprimentos, exploração de novos mercados ou novas formas de organizar o negócio, fruto de investimentos em pesquisa e desenvolvimento; ou ii) a incremental ou marginal, que se refere à introdução de qualquer tipo de melhoramento em um produto, serviços e processo dentro de uma organização, sem alteração na estrutura organizacional; e iii) a produzida por revoluções tecnológicas, quando ocorre mudança no paradigma tecnoeconômico associados a destruição criativa. A construção de um cluster de inovação pode apresentar um impacto abrangente (Fagerberg, 2003; Lemos, 2000).

na definição de parâmetros caracterizadores desses conceitos. Essa falta de visão compartilhada pode gerar "pontos cegos".

Entre as inovações realizadas pelas bibliotecas objeto deste estudo, destacam-se: a utilização da plataforma YouTube para divulgação dos livros produzidos pelo órgão; a oferta de sistemas de informações geográficas e *Business Intelligence*; estudos de futuro e construção de cenários para as bibliotecas como subsídio para o processo de planejamento estratégico; implantação de LAI como responsabilidade da biblioteca; oferta de acesso a serviços de dados protegidos; promoção de capacitação *on-line*, inclusive por meio de *webinar* de temas diversos de interesse de pesquisadores; contratos unificados de aquisição de periódicos digitais, *e-books* e base de dados para toda a rede de bibliotecas do órgão; desenvolvimento de comunidades de práticas; e realização de exposições virtuais.

Em relação à participação das bibliotecas especializadas da administração pública federal no debate estratégico no âmbito de sua mantenedora, somente 34,3% afirmam participar às vezes, enquanto 25,4% não participam e nem são consultadas para o fornecimento de informação (tabela 14). Como o Estado brasileiro está inserido na sociedade da informação, na qual a informação é um ativo estratégico importante para todas as organizações, era de se esperar que as bibliotecas ocupassem papel de destaque, participando, inclusive, dos debates estratégicos de sua mantenedora, por serem relevantes provedoras de informação e preservadoras da memória de suas mantenedoras. Essa afirmativa também é explicitada na tabela 14, quando 29,9% afirmam que, apesar de não participarem do debate estratégico, são consultadas para o fornecimento de informação, e 10,4% participam do debate estratégico. Esse quadro sugere que o atual posicionamento da maioria das bibliotecas especializadas da administração pública federal não é considerado unidade estratégica diante das mudanças provenientes do crescimento de uma sociedade na qual a informação é recurso estratégico.

TABELA 14
Participação das bibliotecas especializadas da administração pública federal brasileiras no debate estratégico em suas mantedoras (2019)

A biblioteca participa de debates estratégicos	fi	%
Às vezes	23	34,3
Frequentemente	7	10,4
Não e nem é consultada para fornecer informações	17	25,4
Não, mas é consultada para fornecer informações	20	29,9
Total	**67**	**100**

Elaboração dos autores.

Um exemplo dessa constatação é apresentado na tabela 15. A LAI é uma atividade estratégica de atendimento ao cidadão para o provimento de informação sobre o Estado. Sabe-se que o fornecimento de informação se caracteriza como atividade cotidiana de uma biblioteca. Porém, somente 1,5% das bibliotecas especializadas da administração pública federal localizadas em Brasília exerce a função de atendimento às demandas do cidadão por meio da LAI. Por sua vez, quando o atendimento à demanda informacional dos cidadãos se encontra em outro setor, 67,2% dessas bibliotecas são consultadas para fornecerem informações aos responsáveis pela gestão do atendimento à LAI, o que, aliado ao fato de elas possuírem grande *expertise* na prestação de serviços informacionais, confirma o potencial de incluí-las como responsáveis pelo processo de planejamento e execução de serviços de informação para os cidadãos.

TABELA 15
Existência de biblioteca especializada na administração pública federal brasileira responsável pela LAI (2019)

Biblioteca responsável pela LAI	fi	%
Não e não é consultada para fornecer informações	21	31,3
Não, mas é consultada para fornecer informações	45	67,2
Sim	1	1,5
Total	**67**	**100**

Elaboração dos autores.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O mapeamento do perfil das bibliotecas especializadas da administração pública federal lotadas em Brasília, apresentado nesta pesquisa, auxiliou com a compreensão do desenvolvimento delas e suas contribuições nas atividades de gestão da informação e preservação da memória do Estado. Cabe destacar a contribuição desta pesquisa, dada a profundidade com que o tema foi abordado, apresentando um quadro ainda não construído e criando uma base para que outros estudos de acompanhamento possam ser feitos periodicamente.

Essas bibliotecas especializadas são muito diferentes entre si, e a sua capacidade de ação é limitada pelo perfil de cada instituição mantenedora e pelo entendimento dos gestores quanto à importância e necessidade delas. Além disso, a ação dessas bibliotecas sofre influência de diversos fatores externos, como o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, tal qual as mudanças na estrutura do Estado, no perfil e na

demanda dos usuários, no contexto político e econômico, entre outros. Associando-se a todas essa variáveis, a postura dos bibliotecários também surge como um fator de peso, pois a ação deles é essencial para o desenvolvimento e a manutenção dessas bibliotecas.

Embora existam diferenças entre essas bibliotecas, e esta pesquisa tenha apresentado a existência de alguns *outliers* em determinados quesitos, os desafios enfrentados por elas são muito parecidos. São instituições impelidas à inovação, como condição necessária para garantia de sobrevivência em um contexto que exige serviços informacionais cada vez mais estratégicos e competitivos. Elas precisam provar o seu valor, para que os gestores entendam a importância e o retorno dos investimentos. Estão em constante mudança, seja para responder às mudanças no Estado, ao novo perfil dos usuários ou aos permanentes avanços tecnológicos. Essas instituições caminham para um futuro cada vez mais marcado pelos recursos digitais, o que já se observa com a criação e adoção de repositórios, bibliotecas digitais, *websites*, serviços *on-line*, comunicação com usuários por *smartphones*, entre outros. Todavia, ainda necessitariam internalizar outros recursos tecnológicos, como a inteligência artificial. São instituições que enfrentam o crescimento da quantidade de atividades, ao mesmo tempo que, muitas vezes, enfrentam redução de recursos humanos e financeiros. Seus servidores também precisam buscar formação continuada, para conseguirem manter-se competitivos, produtivos e lidar com todas essas questões.

A maneira como essas bibliotecas reagem a esses desafios também recebe influência de diversos fatores que as diferencia, como os aspectos históricos, o apoio da alta gerência, o investimento que recebem, a quantidade de funcionários, e a qualificação dos servidores públicos, entre outros. Isso explica por que essas instituições apresentam níveis diferentes em relação à percepção estratégica de seus serviços junto às suas mantenedoras.

Desde que tenham o devido apoio e suporte da alta gerência de suas mantenedoras e contem com uma força de trabalho especializada, atualizada e proativa, essas bibliotecas podem desenvolver trabalhos de grande impacto estratégico, incluindo a preservação da memória institucional e o provimento de informações para suporte de atividades e decisões.

Diante do exposto, verifica-se que o objetivo geral e os específicos desta pesquisa foram alcançados. A pesquisa apresenta o perfil dessas bibliotecas especializadas da administração pública federal em Brasília frente à sociedade da informação e do conhecimento. Em

relação ao papel delas na gestão da informação, em especial em formato digital, em suas mantenedoras, observou-se que poucas são responsáveis pela gestão da informação digital.

Entre as perguntas que subsidiaram a análise, encontra-se também a que trata da perda de memória das instituições por falta das atividades de preservação da informação digital que poderiam ser feitas por essas bibliotecas. Outra questão que aponta a falta de participação delas na gestão da informação é a questão referente à LAI. O setor responsável pelo atendimento ao cidadão precisa ter conhecimento e acesso a todas as fontes de informação da instituição mantenedora, sejam fontes impressas, digitais ou até mesmo a pessoas. As bibliotecas possuem grande capacidade de atender a demandas que necessitam de gestão da informação institucional, porém apenas uma delas se apresentou como responsável pelo atendimento do cidadão, obedecendo às determinações da LAI. Isso indica que as bibliotecas não estão trabalhando com informações institucionais ou que os gestores não conhecem o trabalho delas e não percebem uma de suas principais competências, que é a da recuperação da informação, seja ela qual for.

Quanto ao fornecimento de subsídios informacionais relacionados às questões estratégicas de suas mantenedoras, as bibliotecas foram questionadas quanto à participação e quanto ao suporte informacional nas decisões. No contexto da sociedade da informação, no qual a informação adquire cada vez mais valor para as instituições, era de se esperar que as bibliotecas ocupassem espaços mais relevantes dentro de suas organizações, mas apenas 10% delas afirmaram participar frequentemente dos debates estratégicos e 25% nem mesmo são consultadas para prestarem serviços informacionais para suporte a decisões, como mostrado na tabela 14.

No que concerne às inovações promovidas pelas bibliotecas, pode-se observar que poucas as realizam de fato. Apesar de muitas terem respondido que promoviam inovações, foi constatado que se tratava de melhorias de serviços e automação de processos, o que dificilmente poderia ser considerado inovação em seu conceito puro. De qualquer forma, tais constatações são um indicativo de que essas bibliotecas não estão estagnadas e procuram responder aos estímulos que exigem delas uma postura mais inovadora. Porém, a não distinção entre inovação e melhoria pode gerar pontos cegos.

Levando-se em consideração o caráter estratégico que as atividades de produção, gestão, preservação e disseminação da informação possuem, em especial na sociedade

da informação, a falta de uma orientação quanto à gestão de bibliotecas no âmbito do Estado pode significar que os gestores não reconhecem sua importância. Isso pode ser observado, sobretudo, no fato de que, desde o governo Sarney, 27 ministérios foram criados e extintos sem nunca terem tido bibliotecas. Quanto a esses ministérios, emergem algumas perguntas: o que foi feito com os estudos, livros, pesquisas e outro documentos produzidos durante sua existência? Onde estão esses documentos, que fazem parte da memória do Estado? Quem preserva essa memória? Qual o custo dessa perda para o país? Essas perguntas também poderiam ser feitas para o caso das instituições que possuem biblioteca, mas que ainda assim perdem constantemente parte de sua memória institucional, por falta de gestão e preservação da informação, em especial a digital.

A perda da memória do Estado representa um grande prejuízo para a memória de qualquer país. Além disso, ao abrir mão de serviços informacionais que poderiam dar suporte às atividades cotidianas e às decisões estratégicas, o Estado perde eficiência. Observa-se, assim, que o Estado carece de uma política de informação que oriente a maneira pela qual as instituições fazem a gestão e a preservação da informação.

5.1 Recomendações de pesquisas

Os resultados obtidos com esta pesquisa levantaram diversos questionamentos que não haviam sido formulados durante seu desenho. Sendo assim, sugere-se a realização das pesquisas futuras elencadas a seguir.

1. Acompanhar a evolução futura dessas bibliotecas, para que se possa realizar comparações e entender sua evolução, e assim se produzir informação que contribua com seu desenvolvimento.
2. Completar a pesquisa junto a todas as instituições pertencentes à administração pública federal em todo o território brasileiro.
3. Identificar como é realizada a gestão da informação produzida, quem a realiza e como é garantida sua preservação para as próximas gerações, nas instituições da administração pública federal, visto que estas elaboram e contratam estudos para subsidiar seus processos de planejamento e formulação de políticas, programas e projetos públicos – ou seja, produzem conhecimento.
4. Conhecer a realidade de bibliotecas de Estado em outros países, em especial em relação à sociedade da informação e à proliferação de informação digital.

5. Verificar quais funções estão sendo desempenhadas por bibliotecários que trabalham fora das bibliotecas.
6. Verificar por que ainda existem bibliotecas na administração pública federal que não utilizam *software* de gestão, e como a gestão da biblioteca é realizada.
7. Levantar se existe algum responsável pela gestão da informação de documentos digitais disponibilizados nos *sites* das instituições públicas, com o objetivo de preservação da memória institucional, em especial nos órgãos que não possuem bibliotecas.
8. Avaliar a utilização das escolas de governo como possíveis responsáveis pela manutenção de formação continuada dos profissionais de informação do Estado, em especial, os bibliotecários e arquivistas.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; GAETANI, F. **Avanços e perspectivas da gestão pública nos estados**: agenda, aprendizado e coalizão. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2Nsjygk>. Acesso em: 9 jun. 2019.

ALMEIDA, O. A biblioteca depositária no Brasil. **Ciência da Informação,** v. 18, p. 15-20, jan./jun. 1989. Disponível em: <https://bit.ly/2NsjVre>. Acesso em: 17 jun. 2019.

ARTIGAS, C. M. T. Bibliotecas de centros de pesquisa no século XXI: desafios e perspectivas. *In*: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G. **Biblioteca do século XXI**: desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2017. 353 p. Disponível em: <https://bit.ly/2Cs6Dom_>. Acesso em: 17 jun. 2019.

AZEVEDO, F. C. 200 anos da primeira biblioteca pública no Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 2, p. 2-25, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2Ns1WRV>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BAPTISTA, S. G.; COSTA, M. M.; VIANA NETA, M. A. V. Marketing para promoção de produtos e serviços de informação: estudo de caso da Biblioteca da Presidência da República. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 83-104, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2rsV52d>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. Brasília, 14 dez. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2PZ7oNN>. Acesso em: 19 ago. 2019.

_____. Portaria nº 1130, de 10 de setembro de 2007. Transfere a supervisão da gestão da Biblioteca Central Teixeira de Freitas para a Escola da Advocacia-Geral da União, em Brasília. Brasília, 10 set. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2CsSjfj>. Acesso em: 17 jun. 2019.

_____. Ministério da Fazenda. Portaria nº 521/2015, de 4 dezembro de 2015. Institui a Biblioteca Depositária no âmbito do Ministério da Fazenda e estabelece procedimentos para a sua regulamentação. Brasília, 4 dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2PZ7WTL>. Acesso em: 27 dez. 2018.

_____. Câmara dos Deputados. **Biblioteca** – histórico. Brasília, 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/2pSyz20>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. Câmara dos Deputados. **A biblioteca** – sedes. Brasília, 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/2oVZJoe>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. Senado Federal. **Sobre a biblioteca**: missão e histórico. Brasília, 2018c. Disponível em: <https://bit.ly/2CwmAd7>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. Presidência da República. **Sobre a biblioteca**. Brasília, 2018d. Disponível em: <https://bit.ly/32y33nb>. Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. Ministério da Transparência; Controladoria-Geral da União. Portaria nº 3113, de 20 de novembro de 2018. Brasília, 20 nov. 2018e. Disponível em: <https://bit.ly/2K3Laq7>. Acesso em: 17 jun. 2019.

_____. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, 18 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/33FbSgJ>. Acesso em: 15 ago. 2019.

CONCONI, A. De Sarney a Bolsonaro, veja os ministérios de cada gestão. **Estadão**, 1º jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/32qfNfT>. Acesso em: 9 de jun. 2019.

CONSÓRCIO BDJUR. **Rede de bibliotecas digitais jurídicas**: instituições participantes. Brasília: STJ, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/32vI1px>. Acesso em: 17 jun. 2019.

CÔRTE, A. R. (Org.). **Publicações oficiais brasileiras**: guia para editoração. Brasília: Presidência da República, 2010. 220 p. Disponível em: <https://bit.ly/2Q8U1ea>. Acesso em: 17 jun. 2019.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

DIESSLER, G. *et al*. Las bibliotecas del CONICET: hacia la Red Federada de Recursos de Información (ReFeRI). **Información, cultura y sociedad**, n. 37, p. 73-98, dic. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2OOW2tk>. Acesso em: 9 de jun. 2019.

ENAP – FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Informe de pessoal**. Brasília: Enap, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2NDipTk>. Acesso em: 17 jun. 2019.

FAGERBERG, J. Innovation: a guide to the literature. *In*: THE MANY GUISES OF INNOVATION: WHAT WE HAVE LEARNT AND WHERE WE ARE HEADING, 2003, Ottawa, Statistics Canada. **Anais**… Ottawa, 2003. Disponível em: <https://b.gatech.edu/2NAylG2>. Acesso em: 21 ago. 2019.

FIGUEIREDO, N. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 9-25, 1979.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

IGAMI, M. P. Z.; VERGUEIRO, W. A importância da avaliação no desempenho das bibliotecas especializadas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2Qbhtar>. Acesso em: 18 dez. 2018.

LEMOS, C. Inovação na era do conhecimento. **Parcerias Estratégicas**, n. 8, p. 157-179, maio 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2qDTAhd>. Acesso em: 21 ago. 2019.

LIMA, G. A. B.; MENDONÇA, A. E. M. A utilização do Microisis no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 125-136, jul./dez.1998. Disponível em: <https://bit.ly/2O1WWCv>. Acesso em: 17 jul. 2019.

LODDO, M. E. N.; LEMOS, M. L. V.; ISHIE, M. Automação da Biblioteca no Senado Federal. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 5, n.1, jan./jun., 1977, p. 219-250. Disponível em: <https://bit.ly/2K5HiVF>. Acesso em: 17 jul. 2019.

MARCIAL, C. C.; GUIMARÃES, T. P. G. (Orgs.). **Guia de bibliotecas da 1ª Região:** Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – Conselho Regional de Biblioteconomia (1ª Região). Brasília: Senado Federal, Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, 2008. Versão preliminar.

MARCIAL, E. C. (Org.). **Megatendência Mundiais 2030**: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo? Contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2X2AWvo>. Acesso em: 17 jul. 2019.

MAROCO, J. **Análise estatística:** com utilização do SPSS. 3.ed. Lisboa: Editora Síliabo, 2010.

MEDEIROS, M. B. B. **Levantamento e análise da terminologia brasileira em ciência da informação**. Brasília: Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, 1984.

MIKI, H. Micro-isis: uma ferramenta para o gerenciamento de bases de dados bibliográficas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 3-14, jan./jun. 1989. Disponível em: <https://bit.ly/32CLlyU>. Acesso em: 17 jun. 2019.

MIRANDA, A. C. C. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 87-94, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/34ICJZg>. Acesso em: 17 dez. 2018.

MURRAY, T. E. What's so special about special libraries? **Journal of library administration**, n. 53, p. 274-282, 2013a.

_____. How much is a special library worth? Valuing and communicating information in an organizational context. **Journal of library administration**, n. 53, p. 462-471, 2013b.

_____. When a library shuts its doors: collections and information services after a library closure. **Journal of library administration**, n. 54, p. 147-154, 2014.

MURGUIA, E. I.; YASSUDA, S. N. Patrimônio histórico cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. **Perspectivas em ciência da informação,** v. 12, n. 3, p. 65-82, set./dez. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2Q8wBFq>. Acesso em: 17 jun. 2019.

NAPOLEONE, L. M. *et al*. Livros e bibliotecas como bens culturais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 12, p. 203-207, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Q8nq8f>. Acesso em: 17 jun. 2019.

PASSOS, E.; CHAMARELLI, M. Rede de bibliotecas gerenciada pelo Senado Federal. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 19, n. 1, p. 71-83, jan./jun. 1995. Disponível em: <https://bit.ly/34O1van>. Acesso em: 17 jun. 2019.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 336 p.

SALES, L. F.; SAYÃO, L. F. Há futuro para as bibliotecas de pesquisa no ambiente de eScience? **Informação & Tecnologia (ITEC)**, n. 2, p. 30-52, jan./jul. 2015.

SANTOS, C. J. O.; CAVALCANTE, R. S.; GALVÃO, A. I. C. Controle bibliográfico de publicações oficiais: uma proposta para o cenário brasileiro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais**... Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2pckRH6>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SANTOS, J. D. F. **Valoração econômica de serviços de informação**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia e Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2X4NPFb>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SANTOS, M. M.; MELLO, M. S. Repensando as bibliotecas institucionais: uma experiência nas bibliotecas dos tribunais regionais federais. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 100-122, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2X2HR7X>. Acesso em: 13 dez. 2018.

SOUZA, R. C.; OLIVEIRA, E. B. A biblioteca especializada na ciência da informação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 31, n. 1, p. 185-194, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2X0HomK>. Acesso em: 13 dez. 2018.

SOUZA, R. C. **Política externa e informação na formação dos diplomatas brasileiros**: um estudo de caso sobre as bibliotecas especializadas do Ministério das Relações Exteriores e do Instituto Rio Branco. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2O0zqWz>. Acesso em: 13 dez. 2018.

TARAPANOFF, K. (Coord.) **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: IBICT, 2006. 453 p.

VALENTIM, M. L. P. O perfil das bibliotecas contemporâneas. *In*: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G. **Biblioteca do século XXI**: desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2017. 353 p. Disponível em: <https://bit.ly/2q5Gbye>. Acesso em: 17 jun. 2019.

VIEIRA, D. V. O uso de tecnologias móveis em bibliotecas. *In*: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G. **Biblioteca do século XXI**: desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2017. 353 p. Disponível em: <https://bit.ly/2O7sLKq>. Acesso em: 17 jun. 2019.

VIEIRA, H. C. R. L.; JAEGGER, M. F. P. Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI): quatro décadas de cooperação e compartilhamento de recursos. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 69-106, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2pSAN1F>. Acesso em: 17 jun. 2019.

VIEIRA, S. B.; VIEIRA, H. C.; PINHA, S. M. A biblioteca do Senado: sua história e a nova capital. **Revista de informação legislativa**, v. 47, n. 187, p. 281-299, jul./set. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2pQo3IR>. Acesso em: 14 dez. 2018.

APÊNDICE A

QUADRO A.1
Avaliação dos ministérios, desde o governo Sarney, quanto à existência de biblioteca

Ministérios	Existência do ministério[1]	Extinção do ministério	Tinha biblioteca	Tem biblioteca	Observação
Advocacia-Geral da União (AGU)	Itamar	Não	Sim	Não	Acervo sob responsabilidade da biblioteca da escola da AGU desde 2007.
Banco Central do Brasil (BCB)	Sarney	Não	Sim	Sim	Sempre teve biblioteca.
Ministério das Relações Exteriores	Sarney	Não	Sim	Sim	Sempre teve biblioteca.
Ministério da Defesa	FHC2	Não	Sim	Sim	Sempre teve biblioteca – incorporou as funções do Estado-Maior das Forças Armadas e atribuições dos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica.
Estado-Maior das Forças Armados	Sarney	FHC1	Sim	Inc.	Foi incorporada pelo Ministério da Defesa.
Exército Brasileiro	Sarney	FHC2	Sim	Sim	Suas bibliotecas foram mantidas.
Aeronáutica	Sarney	FHC2	Sim	Sim	
Marinha	Sarney	FHC2	Sim	Sim	
Ministério da Agricultura	Sarney	Não	Sim	Sim	Sempre teve biblioteca – destaca-se que este ministério teve suas funções aumentadas e diminuídas em função de criação de outros ministérios.
Secretaria da Pesca	Lula 1	Lula 2	Não	Não	Nunca teve biblioteca – incorporado ao Ministério da Pesca.
Ministério da Pesca	Lula 2	Temer	Não	Não	Nunca teve biblioteca – incorporado ao Ministério da Agricultura.
Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário	Sarney	Collor	Sim	Não	Já teve biblioteca – acervo absorvido pela biblioteca do Incra.[3] Incorporado ao Ministério da Agricultura.
Ministério de Estado Extraordinário para Assuntos de Irrigação	Sarney	Collor	Não	Não	Nunca teve biblioteca – incorporado ao Ministério da Agricultura.
Ministério do Desenvolvimento Agrário	FHC2	Temer	Não	Não	Nunca teve biblioteca – incorporado ao Ministério da Agricultura.
Ministério da Saúde	Sarney	Não	Sim	Sim	Sempre teve biblioteca.
Ministério da Justiça	Sarney	Não	Sim	Sim	Sempre teve biblioteca.
Ministério Extraordinário da Segurança Publica	Temer	Bolsonaro	Não	Não	Nunca teve biblioteca – pasta reincorporada ao ministério da Justiça no mandato do presidente Bolsonaro.
Ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia	Sarney	Collor	Sim	Inc.	Sempre teve biblioteca.

(Continua)

(Continuação)

Ministérios	Existência do ministério[1]	Extinção do ministério	Tinha biblioteca	Tem biblioteca	Observação
Ministério da Ciência e Tecnologia	Itamar	Não	Sim	Sim	Sempre teve biblioteca – O ministério mudou de nome para Ciência, Tecnologia e Inovação em 2011, e depois incorporou o ministério das Comunicações no Governo Temer.
Ministério das Comunicações	Itamar	Temer	Sim	Não	Já teve biblioteca – pasta incorporada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e as duas bibliotecas fundidas.
Ministério da Indústria e do Comércio	Sarney	Collor	Sim	Inc.	Foi transformado em Ministério da Indústria, Comércio e Serviços. Teve biblioteca.
Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior	FHC2	Temer	Sim	Inc.	Transformado em Ministério da Indústria, Comércio e Serviço. Tinha biblioteca.
Ministério da Indústria, Comércio e Serviços	Temer	Bolsonaro	Sim	Sim[2]	Incorporado ao Ministério da Economia. Não se sabe se permanecerá.
Ministério das Comunicações e Minas e Energia	Collor 2	Itamar	Não	Não	Nunca teve biblioteca.
Ministério das Minas e Energia	Itamar	Não	Sim	Sim	Sempre teve biblioteca.
Ministério da Educação e Cultura	Sarney	Não	Sim	Não	Possuía biblioteca na pesquisa realizada em 2008. Biblioteca não encontrada; entretanto, no *site* há um espaço chamado *biblioteca*, e só. Informado que o acervo foi para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A pasta da cultura foi retirada com a criação do Ministério da Cultura no mandato de Itamar Franco.
Ministério da Cidadania	Bolsonaro	Novo	Novo	Novo	Esse ministério integra os ministérios da Cultura e dos Esportes, que possuem biblioteca, e do Desenvolvimento Social, que nunca teve biblioteca.
Ministério da Cultura	Itamar	Bolsonaro	Sim	Sim[2]	Não se sabe se a biblioteca irá permanecer com a criação do Ministério da Cidadania, no mandato do presidente Bolsonaro.
Ministério dos Esportes e Turismo	FHC2	Lula 1	Não	Não	Ministério desmembrado em dois.
Ministério do Turismo	Lula 1	Bolsonaro	Não	Não	Nunca teve biblioteca.
Ministério do Esporte	Lula 1	Bolsonaro	Sim	Sim[2]	Sempre teve biblioteca. Foi incorporado pelo Ministério da Cidadania, e não se sabe o que acontecerá com a biblioteca.
Ministério do Desenvolvimento Social	Lula 2	Bolsonaro	Não	Não	Nunca teve biblioteca.
Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	Sarney	Collor	Sim	Não	Já teve biblioteca, que foi extinta com o ministério.[3]

(Continua)

(Continuação)

Ministérios	Existência do ministério[1]	Extinção do ministério	Tinha biblioteca	Tem biblioteca	Observação
Ministério do Meio Ambiente	Itamar	Não	Sim	Sim	Sempre teve biblioteca.
Ministério dos Transportes	Collor	Temer	Sim	Inc.	Sempre teve biblioteca – Era inicialmente Ministério da Infraestrutura, no início do governo Collor, transformado, no mesmo governo, em Ministério dos Transportes, e em seguida transformado em Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no mandato de Temer, incorporando duas secretarias. Foi transformado em Ministério da Infraestrutura, no de Bolsonaro.
Ministério da Infraestrutura	Bolsonaro	Novo	Novo	Sim	Como incorporou o Ministério dos Transportes, imagina-se que a biblioteca será mantida.
Secretaria de Portos	Lula 2	Temer	Não	Não	Nunca teve biblioteca.
Secretaria da Aviação Civil	Dilma	Temer	Não	Não	Nunca teve biblioteca.
Controladoria-Geral da União (CGU)	FHC2	Não	Sim	Sim	Sempre teve biblioteca; mudou de nome ao longo do tempo.
Ministério do Desenvolvimento Regional	Bolsonaro	Novo	Novo	Novo	Incorporou os ministérios da Integração Nacional e das Cidades, que sempre tiveram biblioteca; e da Integração Regional, que não tem biblioteca.
Ministério da Integração Nacional	FHC 2	Bolsonaro	Sim	Sim[2]	Sempre teve biblioteca. Foi Incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Regional.
Ministério das Cidades	Lula 1	Bolsonaro	Sim	Sim[2]	Não se sabe se tem biblioteca, aparece no *site*. Foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Regional.
Ministério do Interior	Sarney	Collor	Sim	Não	Já teve biblioteca, que foi extinta.[3]
Ministério da Integração Regional	Itamar	FHC 1	Não	Não	Nunca teve biblioteca.
Ministério da Economia	Bolsonaro	Novo	Novo	Novo	Ainda não se sabe.
Ministério da Fazenda	Sarney	Bolsonaro	Sim	Não	Possuía quatro bibliotecas. Não possui mais, acervo, que foi transferido para Minas Gerais. Foi absorvido pelo Ministério da Economia.
Ministério da Indústria, Comércio e Turismo	Itamar	FHC1	Não	Não	Nunca teve biblioteca.
Ministério do Trabalho e Emprego	Sarney	Bolsonaro	Sim	Sim[2]	Sempre teve biblioteca, mas foi incorporado parte ao Ministério da Economia e parte ao Ministério da Justiça.
Ministério da Previdência Social	Collor 2	Temer	Sim	Não	A pasta foi para o Ministério da Fazenda.

(Continua)

(Continuação)

Ministérios	Existência do ministério[1]	Extinção do ministério	Tinha biblioteca	Tem biblioteca	Observação
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Sarney	Bolsonaro	Sim	Sim[2]	O ministério já foi Secretaria da Presidência, incorporada pelo Ministério da Economia. Duas bibliotecas já foram fechadas.
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Divisão de Documentação e Biblioteca em Administração Pública (Didap)	Sarney	Lula 1	Sim	Não	
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Biblioteca da Secretaria de Orçamento Federal	Sarney	Lula 2	Sim	Não	
Presidência da República	Sarney	Não	Sim	Sim	É quem faz a gestão de todos os órgãos da Presidência da República, exceto os da antiga SAE/PR.
Secretaria de Administração Federal	Itamar	FHC1	Não	Não	Nunca teve biblioteca.
Ministério da Administração e Reforma do Estado	FHC1	FHC2	Não	Não	Nunca teve biblioteca.
Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	Bolsonaro	Não	Não	Não	Nunca teve biblioteca; incorporou o Ministério dos Direitos Humanos.
Ministério dos Direitos Humanos	Temer	Bolsonaro	Não	Não	Nunca teve biblioteca; foi incorporado pelo Ministério dos Direitos Humanos.
Secretaria de Direitos Humanos	Lula 1	Temer	Não	Não	Nunca teve biblioteca; foi incorporada pela Secretaria dos Direitos Humanos.
Secretaria de Políticas para as Mulheres	Lula 1	Temer	Não	Não	Nunca teve biblioteca; foi incorporada pela Secretaria dos Direitos Humanos.
Ministério Habitação e do Bem-Estar Social	Sarney	Collor	Sim	Não	Tinha biblioteca, que foi extinta.[3]
Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Administração	Sarney	Collor	Não	Não	Nunca teve biblioteca.
Ministério da Administração e Reforma do Estado	FHC 1	FHC 2	Sim	Não	Tinha biblioteca, que foi extinta. Cabe lembrar que esse ministério é o antigo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), depois Secretaria de Administração Pública (Sedap), órgão da Presidência da República que cuidava das questões administrativas do serviço público, cujas funções foram incorporadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).[3]
Consultoria Geral da República	Sarney	Collor	Não	Não	Nunca teve biblioteca.
Ministério da Ação Social	Collor	Itamar	Não	Não	Nunca teve biblioteca.
Ministério do Bem-Estar Social	Itamar	FHC 1	Sim	Não	Já teve biblioteca, que foi extinta com a extinção do ministério.
Ministério da Assistência Social	Lula 1	Lula 2	Não	Não	Nunca teve biblioteca.
Ministério do Combate a Fome	Lula 1	Lula 2	Não	Não	Nunca teve biblioteca.

(Continua)

(Continuação)

Ministérios	Existência do ministério[1]	Extinção do ministério	Tinha biblioteca	Tem biblioteca	Observação
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social	Lula 1	Lula 2	Não	Não	Nunca teve biblioteca.
Secretaria da Igualdade Racial	Lula 2	Temer	Não	Não	Nunca teve biblioteca.
Secretaria da Micro e Pequena Empresa	Dilma	Temer	Não	Não	Nunca teve biblioteca.

Elaboração dos autores.
Notas: [1] Somente foi considerada a existência a partir do governo Sarney. Muitas existem há muito mais tempo.
[2] Não se sabe como vai ficar com as fusões de ministérios.
[3] Informação obtida no Focus Grupo com bibliotecárias aposentadas.
Obs.: FHC 1 e FHC 2 – primeiro e segundo mandados de Fernando Henrique Cardoso; Lula 1 e Lula 2 – primeiro e segundo mandados de Luiz Inácio Lula da Silva.
Inc. – incorporada ao novo ministério criado.
Fund. – bibliotecas fundidas.

APÊNDICE B

QUADRO B.1
Universo de instituições da administração pública federal a ser pesquisado

Instituição		Possui biblioteca	
		Sim	Não
1	Academia Nacional de Polícia (ANP/Polícia Federal (PF)	X	
2	Advocacia-Geral da União (AGU)		X
3	Agência Brasileira de Inteligência (Abin)	X	
4	Agência Brasileira do Cooperação (ABC)		X
5	Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF)		X
6	Agência Espacial Brasiliera (AEB)		X
7	Agência Nacional de Águas (ANA)	X	
8	Agencia Nacional de Energia Elétrica (Aneel)	X	
9	Agência Nacional de Mineração (DNPM)	X	
10	Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)		X
11	Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	X	
12	Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)	X	
13	Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)		X
14	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)	X	
15	Agêncial Naciona de Aviação Civil (Anac)	X	
16	Arquivo Nacional (AN)	X	
17	Banco Central do Brasil (BCB)	X	
18	Banco do Brasil (BB)	X	
19	Caixa Econômica Federal (CEF)	X	
20	Câmara dos Deputados	X	
21	Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte)	X	
22	Centro de Estudos Judiciários (CEJ)	X	
23	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)	X	
24	Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)	X	
25	Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)		X
26	Conselho de Justiça Federal (CJF)		X
27	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)		X
28	Conselho Nacional de Educação (CNE)		X
29	Conselho Nacional de Justiça (CNJ)		X
30	Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	X	

(Continua)

(Continuação)

Instituição		Possui biblioteca	
		Sim	Não
31	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)		X
32	Defensoria Pública da União (DPU)		X
33	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)		X
34	Departamento Nacional de Trânsito (Denatran)		X
35	Departamento Penitenciário Nacional (Depen)		X
36	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT)		X
37	Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás)		X
38	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)	X	
39	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	X	
40	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)		X
41	Empresa de Planejamento e Logística (EPL)	X	
42	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev)		X
43	Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)		X
44	Escola da Advocacia-Geral da União	X	
45	Escola de Administração Fazendária (Esaf)	X	
46	Escola Nacional de Administração Pública (Enap)	X	
47	Escola Superior da Defensoria Pública da União	X	
48	Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)	X	
49	Exército Brasileiro	X	
50	Força Aérea Brasileira	X	
51	Fundação Alexandre Gusmão (Funag)		X
52	Fundação Cultural Palmares	X	
53	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe)		X
54	Fundação Nacional de Saúde (Funasa)	X	
55	Fundação Nacional do Índio (Funai)	X	
56	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	X	
57	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	X	
58	Imprensa Nacional		X
59	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	X	
60	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)	X	
61	Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)	X	
62	Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur)		X
63	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	X	

(Continua)

(Continuação)

Instituição		Possui biblioteca	
		Sim	Não
64	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)	X	
65	Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (Ipri)		X
66	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)	X	
67	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Naciona (Iphan)	X	
68	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos Geotectônicos (INCTET)	X	
69	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)	X	
70	Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet)	X	
71	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	X	
72	Instituto Rio Branco	X	
73	Marinha do Brasil	X	
74	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa)	X	
75	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)	X	
76	Ministério da Cultura	X	
77	Ministério da Defesa	X	
78	Ministério da Educação		X
79	Ministério da Fazenda		X
80	Ministério da Indústria e Comércio	X	
81	Ministério da Integração Nacional	X	
82	Ministério da Justiça	X	
83	Ministério da Previdência e Assistência		X
84	Ministério da Saúde	X	
85	Ministério da Transparência e CGU		X
86	Ministério das Cidades		X
87	Ministério das Minas e Energia	X	
88	Ministerio das Relações Exteriores	X	
89	Ministério do Desenvolvimento Social		X
90	Ministério do Esporte	X	
91	Ministério do Meio Ambiente	X	
92	Ministério do Planejamento	X	
93	Ministério do Trabalho	X	
94	Ministério do Turismo		X
95	Ministério dos Direitos Humanos	X	
96	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	X	
97	Ministério Extratordinário de Segurança Pública		X

(Continua)

(Continuação)

Instituição		Possui biblioteca	
		Sim	Não
98	Ministério Público da União (MPU)		X
99	Ministério Público do Trabalho (MPT)		X
100	Ministério Público Federal (MPF)	X	
101	Ministério Público Militar (MPM)	X	
102	Polícia Federal (PF)		X
103	Polícia Ferroviaria Federal		X
104	Policia Rodoviaria Federal		X
105	Presidência da República	X	
106	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)		X
107	Procuradoria Geral da República (PGR)	X	
108	Procuradoria Geral do Trabalho	X	
109	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil		X
110	Senado Federal	X	
111	Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)	X	
112	Serviço Florestal Brasileiro (SFB)	X	
113	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco)		X
114	Superintendência de Seguro Privado (Susep)		X
115	Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)	X	
116	Superior Tribunal de Justiça (STJ)	X	
117	Superior Tribunal Militar (STM)	X	
118	Supremo Tribunal Federal (STF)	X	
119	Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras		X
120	Tesouro Nacional		X
121	Tribunal de Contas da União (TCU)	X	
122	Tribunal Superior do Trabalho (TST)	X	
123	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	X	
124	Universidade Corporativa dos Correios	X	
125	VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias		X
Total		79	46

Elaboração dos autores.

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA AS BIBLIOTECAS PESQUISADAS

Diagnóstico das Bibliotecas da Administração Pública Federal
Pesquisa
Objetivo: realizar um diagnóstico destas instituições à luz do projeto *Bibliothinking* 2050.

QUESTIONÁRIO

Bloco I – Identificação

(v1) Nome da instituição mantenedora: _____

_____

(v2) Endereço: _____

(v3) Número de pessoas que fazem parte da equipe da biblioteca: _____

(v4) Número de bibliotecários trabalhando na biblioteca: _____

Quantos desses bibliotecários possuem:

(v5) Cursos de extensão _____ (v6) Cursos de especialização _____

(v7) Mestrado _____ (v8) Doutorado _____

(v9) Número de bibliotecários trabalhando fora da biblioteca: _____

(v10) Ano de criação: _____

(v11) Nome do respondente: _____

(v12) *E-mail* do respondente: _____

Bloco II – Evolução dos investimentos na biblioteca

Considerando os últimos dez anos:

(v9) Houve aumento no número de funcionários da biblioteca?

( ) Sim

( ) Não, diminuiu.

( ) Não, permaneceu o mesmo

(v10) Houve aumento de cargos destinados a graduados em biblioteconomia?

( ) Sim

( ) Não, diminuiu.

( ) Não, permaneceu o mesmo

(v11) Houve aumento no espaço ocupado pela biblioteca?

( ) Sim ( ) Não, permanece o mesmo ( ) Houve redução

(v12) Houve aumento dos recursos financeiros destinados à biblioteca nos últimos cinco anos?

( ) Sim ( ) Não, permanece o mesmo( ) Houve redução

( ) Outros: _____

(v13) Houve aumento das atividades realizadas pela sua Biblioteca nos últimos cinco anos?

( ) Sim, quais? _____

( ) Não, permanecem as mesmas

( ) Houve redução

( ) Outros: _____

Bloco III – Tecnologia nas bibliotecas públicas

Sua biblioteca:

(v14) possui *software* de gestão? ( ) Sim ( ) Não ( ) em desenvolvimento

(v15) possui uma biblioteca digital? ( ) Sim ( ) Não ( ) em desenvolvimento

(v16) possui um repositório institucional? ( ) Sim ( ) Não ( ) em desenvolvimento

(v17) possui um *site*? ( ) Sim ( ) Não ( ) em desenvolvimento

(v18) interage com os servidores por meio de dispositivos móveis digitais?

( ) Sim ( ) Não ( ) em desenvolvimento

(v19) Gerencia os documentos digitais produzidos pela sua instituição?

( ) Sim, com fluxo bem definido

( ) Sim, mas sem fluxo definido

( ) Não é de responsabilidade da biblioteca gerenciar os documentos digitais produzidos no órgão

(v20) Você tem conhecimento de documentos digitais que foram produzidos em sua instituição e que se perderam com as reformas dos *sites*?

( ) Sim ( ) Não

(v21) Se a resposta for sim, isso ocorre com frequência?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei informar

Bloco IV – Inovações

(v22) Sua biblioteca promoveu alguma inovação impactante nos últimos dez anos?

( ) Sim, quais? _____

_____

( ) Não, justifique sua resposta: _____

_____

(v23) Sua biblioteca oferece espaços não convencionais (colaborativos, de aprendizagem, e de criatividade e inovação)?

( ) Sim, quais? _____

_____

( ) Não

(v24) Sua biblioteca é responsável pela Lei de Acesso à Informação (LAI)?

( ) Sim

( ) Não, mas é consultada para fornecer informações

( ) Não e não é consultada para fornecer informações

(v25) Sua biblioteca participa dos debates estratégicos que ocorrem na sua organização?

( ) Frequentemente

( ) Às vezes

( ) Não, mas é consultada para fornecer informações

( ) Não, nem é consultada para fornecer informações

Por fim,

(v26) Você conhece (ou ouviu falar de) alguma biblioteca da administração pública federal que foi fechada nos últimos quinze anos? Se a resposta for sim, quais?

_____

_____

Obrigada pela participação!

Em breve encaminharemos as respostas consolidadas.

ANEXO A

QUADRO A.1
Lista de bibliotecas extraídas do Guia de Bibliotecas da 1ª Região

1	Academia Nacional de Polícia (ANP/Polícia Federal (PF)
2	Advocacia-Geral da União (AGU)
3	Agência Nacional de Águas (ANA)
4	Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
5	Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)
6	Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)
7	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
8	Banco Central do Brasil (BCB)
9	Banco do Brasil (BB)
10	Caixa Econômica Federal (Caixa)
11	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf)
12	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
13	Conselho Nacional de Educação (CNE)
14	Controladoria-Geral da União (CGU)
15	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)
16	Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte)
17	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
18	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT)
19	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)
20	Exército Brasileiro
21	Força Aérea Brasileira
22	Marinha do Brasil
23	Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap)
24	Fundação Nacional do Índio (Funai)
25	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
26	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
27	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
28	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
29	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
30	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)
31	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
32	Ministério da Agricultura
33	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
34	Ministério da Defesa
35	Ministério da Educação e Cultura (MEC)
36	Ministério da Fazenda
37	Ministério da Fazenda – Centro de Documentação – 1º Conselho de Contribuintes

(Continua)

(Continuação)

38	Ministério da Fazenda – Centro de Documentação – 2º Conselho de Contribuintes
39	Ministério da Fazenda – Centro de Documentação – 3º Conselho de Contribuintes
40	Escola de Administração Fazendária (Esaf)
41	Ministério da Justiça
42	Ministério da Previdência Social (MPS)
43	Ministério da Saúde (MS)
44	Ministério das Comunicações
45	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
46	Instituto Rio Branco (IRB)
47	Ministério das Minas e Energia (MME)
48	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
49	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
50	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
51	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
52	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) – Divisão de Documentação e Biblioteca em Administração Pública (Didap)
53	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) – Biblioteca da Secretaria de Orçamento Federal (SOF)
54	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
55	Fundacentro/Ministério do Trabalho
56	Ministério dos Esportes e Turismo
57	Ministério dos Transportes
58	Presidência da República (PR)
59	Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)
60	Ministério Público Federal (MPF) – Procuradoria Geral da República (PGR)
61	Ministério Público do Trabalho (MPT) – Procuradoria Geral do Trabalho
62	Ministério Público Militar – Procuradoria Geral da Justiça Militar
63	Superior Tribunal de Justiça (STJ)
64	Superior Tribunal Militar (STM)
65	Supremo Tribunal Federal (STF)
66	Tribunal Superior do Trabalho (TST)
67	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
68	Câmara dos Deputados
69	Senado Federal
70	Tribunal de Contas da União (TCU)

Fonte: Marcial, C. C.; Guimarães, T. P. G. (Orgs.). Guia de bibliotecas da 1ª Região: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – Conselho Regional de Biblioteconomia (1ª Região). Brasília: Senado Federal, Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, 2008. Versão preliminar.
Elaboração dos autores.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação
Reginaldo da Silva Domingos

Assistente de Coordenação
Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Supervisão
Camilla de Miranda Mariath Gomes
Everson da Silva Moura

Revisão
Alice Souza Lopes
Ana Clara Escórcio Xavier
Clícia Silveira Rodrigues
Idalina Barbara de Castro
Olavo Mesquita de Carvalho
Regina Marta de Aguiar
Amanda Ramos Marques (estagiária)
Hellen Pereira de Oliveira Fonseca (estagiária)
Ingrid Verena Sampaio Cerqueira Sodré (estagiária)
Isabella Silva Queiroz da Cunha (estagiária)

Editoração
Aeromilson Trajano de Mesquita
Cristiano Ferreira de Araújo
Danilo Leite de Macedo Tavares
Herllyson da Silva Souza
Jeovah Herculano Szervinsk Junior
Leonardo Hideki Higa

Capa
Danielle de Oliveira Ayres
Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico
Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 2026-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m² (miolo)
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ISSN 1415-4765